



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE E BIOLÓGICAS
FACULDADE DE SAÚDE COLETIVA**

MARÚCIA CARMEM GOMES DE SOUZA ALVES

**Avaliação da prática de automedicação por alunos do curso de
Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
durante a pandemia de COVID-19**

MARABÁ-PA

2022

MARÚCIA CARMEM GOMES DE SOUZA ALVES

Avaliação da prática de automedicação por estudantes do curso de
Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
durante a pandemia de COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Faculdade de Saúde Coletiva do Instituto de Estudos em
Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Saúde Coletiva.

Orientadora: Aline Coutinho Cavalcanti

MARABÁ-PA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

A474a Alves, Marúcia Carmem Gomes de Souza
Avaliação da prática de automedicação por alunos do curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará durante a pandemia de COVID-19 / Marúcia Carmem Gomes de Souza Alves. — 2022. 68 p.

Orientador(a): Aline Coutinho Cavalcanti.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos em saúde e Biológicas, Faculdade de Saúde Coletiva, Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, Marabá, 2022.

1. Automedicação - Estudantes universitários. 2. Medicamentos - Abusos. 3. Saúde pública. 4. Fatores de risco
I. Cavalcanti, Aline Coutinho, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 615.58

Elaborado por Renata Souza – CRB-2/1586

MARÚCIA CARMEM GOMES DE SOUZA ALVES

**AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO POR ALUNOS DO
CURSO DE SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E
SUDESTE DO PARÁ DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Saúde Coletiva do Instituto de Estudos em Saúde e Biológicas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Banca Examinadora:

Priscila da S. Castro

Prof^ª. Dr^a Priscila da Silva Castro – FASC/IESB/UNIFESSPA

Carlos P.B. de Almeida

Prof. Dr Carlos Podalirio Borges de Almeida – FASC/IESB/UNIFESSPA

Aline Coutinho Cavalcanti

Prof^ª. Dr^a Aline Coutinho Cavalcanti
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora – FASC/IESB/UNIFESSPA

A Deus meu mantenedor, dedico este trabalho que representa o fim de um longo percurso. Dedico a mim, que muito me empenhei na realização deste projeto e minha família que assistiu e apoiou cada passo.

AGRADECIMENTOS

A Deus razão da minha existência e força. Aos meus pais, José de Deus e Teresinha de Jesus por todo amor, paciência e incentivo dedicado a mim e por nunca permitirem que eu desistisse dessa jornada. A minhas irmãs, Marta Cristini e Milene Caroline companheiras de toda vida, pelo apoio, amizade e destreza em sempre estarem presentes e me auxiliarem. Meu esposo Isaías Alves, pela compreensão, amizade e companheirismo.

Agradeço aos colegas de curso, principalmente a amizade que reencontrei nessa Jornada: Jannaiane Borges, obrigada pela companhia, auxílio, e amizade durante a jornada da graduação. As amigas Kayta Ayala e Lidiane Baia pela alegria, trocas e experiências que tivemos juntas.

E por fim e não menos importante minha orientadora Professora Aline Cavalcanti por não ter medido esforços para me orientar e instruir durante toda a construção desse trabalho.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

(Marthin Luther King)

RESUMO

A pandemia de COVID-19 apresenta animosidades principalmente no que diz respeito a tratamento e cura da doença ocasionada pelo vírus SARS-COV-2, que teve sua descoberta no ano de 2019. A presente pesquisa aborda a pandemia de COVID-19 e busca descrever a prática de automedicação experimentada por alunos do curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). O estudo consistiu em pesquisa descritiva e quantitativa e a seleção do público-alvo foi feita por meio da técnica de amostragem não probabilística de conveniência. Os discentes responderam um questionário *online* sobre o uso de medicamentos durante a pandemia, com intuito de avaliar se houve prática de automedicação. Participaram da pesquisa 33 graduandos e 93,9 % (N = 31) dos participantes foram do sexo feminino, com predominância nas idades entre 19 e 26 anos e em sua maioria solteiros(as). Descrevemos ainda que 51,5% dos estudantes tiveram COVID-19 e 27,3% fazem parte do grupo de risco por patologias como asma, diabetes e hipertensão. Observou-se que durante a pandemia 45,5 % dos estudantes utilizaram medicamentos corretamente, seguindo orientações da prescrição, enquanto que 27,3% dos participantes fizeram uso de medicamentos sem orientação de prescrição no caso de COVID-19 ou síndromes gripais, sendo os principais medicamentos utilizados a vitamina C (60,6%), paracetamol (48,5%), dipirona (48,5%), ivermectina (36,4%), zinco (36,4%) e azitromicina (30,3%). Identificou-se que a principal influência para a automedicação foram prescrições anteriores (15,2%) e familiares ou amigos (12,1%), além do relato de sintomas simples que poderiam ser tratados sozinhos (12,1%). Destaca-se que 97% (N = 32) dos estudantes relataram saber do que se trata a automedicação e 87% são adeptos à prática mesmo fora do cenário pandêmico no tratamento de sintomas de outros agravos de saúde. A automedicação é uma prática perigosa e totalmente prejudicial à saúde, confere-se assim a necessidade da busca de diminuição da prática entre a população e grupos sociais como os universitários, sobretudo os da área de saúde, como os graduandos de Saúde Coletiva, público-alvo deste estudo, responsáveis pela promoção do bem estar geral dos usuários, incluindo-se o uso racional de medicamentos.

Palavras - chave: COVID-19; pandemia; medicamentos, automedicação; universitários.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic presents animosities mainly with regard to the treatment and cure of the disease caused by the SARS-COV-2 virus, which was discovered in 2019. This research addresses the COVID-19 pandemic and seeks to describe the practice of self-medication experienced by students of the Collective Health course at the Federal University of the South and Southeast of Pará (UNIFESSPA). The study consisted of descriptive and quantitative research and the selection of the target audience was performed using the non-probabilistic convenience sampling technique. The students answered an online questionnaire about the use of medication during the pandemic, in order to assess whether there was a practice of self-medication. A total of 33 undergraduates participated in the research and 93.9% (N = 31) of the participants were female, predominantly between the ages of 19 and 26 and mostly single. We also describe that 51.5% of the students had COVID-19 and 27.3% are part of the risk group for pathologies such as asthma, diabetes and hypertension. It was observed that during the pandemic, 45.5% of the students used medication correctly, following prescription guidelines, while 27.3% of the participants used medication without prescription orientation in the case of COVID-19 or flu syndromes, being the main drugs used were vitamin C (60.6%), acetaminophen (48.5%), dipyrone (48.5%), ivermectin (36.4%), zinc (36.4%) and azithromycin (30.3%). It was identified that the main influence for self-medication were previous prescriptions (15.2%) and family or friends (12.1%), in addition to the report of simple symptoms that could be treated alone (12.1%). It is noteworthy that 97% (N = 32) of the students reported knowing what self-medication is all about and 87% are adept at the practice even outside the pandemic scenario in the treatment of symptoms of other health problems. Self-medication is a dangerous practice and totally harmful to health, thus giving rise to the need to seek to reduce the practice among the population and social groups such as university students, especially those in the health area, such as Collective Health, public-target of this study, responsible for promoting the general well-being of users, including the rational use of medicines.

Keywords: COVID-19; pandemic; medicines, self-medication; college students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Medicamentos utilizados pelos estudantes durante a pandemia.....38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Características sociodemográficas dos universitários.....	31
Tabela 2- Casos de COVID-19 entre os universitários e grupo de risco.....	32
Tabela 3 - Relação de casos de COVID-19 por faixa etária.....	33
Tabela 4- Uso de medicamentos para COVID-19 ou síndromes gripais, uso de medicamentos por prescrição, tipo de atendimento médico.....	35
Tabela 5- Associação entre uso de medicamentos e medicamentos utilizados por prescrição.....	36
Tabela 6- Associação de casos de COVID-19 e uso de medicamentos.....	37
Tabela 7- Motivos que justificaram a automedicação para COVID-19 ou síndromes gripais.....	41
Tabela 8- Tempo de uso dos medicamentos e fatores de influência para o uso de medicamentos por automedicação.....	42
Tabela 9- Uso de medicamentos sem prescrição fora do contexto pandêmico e nomes de medicamentos utilizados.....	43
Tabela 10- Avaliação do conhecimento dos discentes sobre automedicação e conhecimento dos riscos e efeitos adversos causados pelos medicamentos.....	44

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
COVID-19	Corona Vírus Disease
CFF	Conselho Federal de Farmácia
FASC	Faculdade de Saúde Coletiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
SINITOX	Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
SUS	Sistema Único de Saúde
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada

Sumário

1. Introdução	13
2. Objetivos	15
2.1. Objetivo Geral	15
2.2. Objetivos específicos	15
3. Referencial Teórico	16
3.1 Pandemia de COVID-19 no Brasil.....	16
3.2. Uso de medicamentos no Brasil e automedicação.....	18
3.4. Uso de medicamentos entre universitários.....	26
4. Metodologia.....	28
4.1. Desenho e local de estudo	28
4.2. Participantes.....	28
4.3. Instrumentos.....	29
4.4. Análise dos dados	29
4.5. Aspectos éticos	29
5. Resultados e discussão.....	30
6. Considerações finais	48
REFERÊNCIAS.....	49
Apêndice 1 -TCLE	62
ANEXO 1- Cronograma de divulgação da pesquisa	64
ANEXO 2 - Questionário	63

1. Introdução

A COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-COV-2, tem trazido impacto ao cenário mundial desde o final de 2019. Os primeiros casos da doença surgiram em dezembro na China, na cidade de Wuhan, e rapidamente houve a disseminação da doença de forma global, o que fez com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretasse o estado de pandemia em março de 2020, o que ocasionou uma corrida por respostas ao vírus por parte dos chefes de Estado, cientistas, médicos e população em geral (TAKENAMI, PALÁCIO E OLIVEIRA, 2021). Desde a descoberta do vírus, a OMS vem desenvolvendo ações informacionais e de pesquisas que possam intervir nos efeitos da doença em meio aos países e suas populações.

Altamente contagiosa, a contaminação por COVID-19 pode acontecer por meio de toque ou contato com gotículas contaminadas, inclusive por aspiração dessas gotículas suspensas no ar que contêm o vírus (MEDEIROS, 2020). Dentre as principais ações de contenção do vírus estão medidas de higiene e limpeza envolvendo o uso de álcool em gel (70%), uso de máscara e o distanciamento social, que implicaram no cancelamento de eventos e no fechamento ou escalonamento das escolas, universidades e empresas, dependendo do grau de contágio na região, o que resultou na necessidade de remodelação do sistema educacional, passando a operar de modo remoto.

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi confirmado no mês de fevereiro, no estado de São Paulo e atualmente, em abril de 2022, o país espera sair do estado de emergência em saúde pública de importância nacional pela COVID-19 (BRASIL, 2022), apesar da OMS relatar que ainda não há informações nem segurança para se indicar o fim da pandemia.

Apesar da falta de investimentos e das precariedades existentes, o Sistema Único de Saúde (SUS) desde o início da pandemia se mostrou efetivo frente ao tratamento de cidadãos acometidos pela doença, apesar de muitos momentos de sobrecarga devido ao despreparo para se lidar com uma pandemia desse porte, ficando claro que as dificuldades no tratamento da doença no país foram também influenciadas por problemas já existentes, como a falta de investimentos em saúde

pública e a desigualdade social e econômica, afetando principalmente a classe mais pobre.

Fora os resultados catastróficos trazidos pela pandemia em relação à renda, saúde e educação, o Brasil passou a experimentar um fenômeno informacional, nomeado de infodemia pela OMS (OPAS/OMS, 2020), através do qual notícias que detalhavam absolutamente tudo sobre a doença eram amplamente divulgadas, principalmente envolvendo informações a respeito do uso de medicamentos potencialmente efetivos para prevenção e tratamento, onde partes dessas notícias eram informações falsas, que acabaram por influenciar uma prática já conhecida, a automedicação.

Automedicação consiste no uso de medicamentos de forma inadequada, sem prescrição e orientação de profissional responsável, estando relacionada no caso da COVID-19 às informações sobre medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, dentre outros. Cabe ressaltar que estudos foram realizados com esses medicamentos e foi comprovado que não possuem eficácia na prevenção ou tratamento da COVID-19 (SOUSA, F., et al, 2021). Ressalta-se que o uso irracional de medicamentos consiste em uma prática perigosa e que pode trazer resultados por vezes irreversíveis.

Este estudo teve como finalidade a realização de pesquisa a respeito da automedicação envolvendo alunos do curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) com o propósito de conhecer a realidade desses discentes mediante a pandemia e sobre o uso de medicamentos e cuidados com a saúde, impactando no acompanhamento da saúde desses estudantes e sua relação com a prática de automedicação durante a pandemia.

A automedicação é uma prática perigosa que pode levar a casos de tratamento ineficaz, intoxicação e até morte, colocando em risco a vida de quem a pratica. No cenário pandêmico atual houve um crescimento dos casos de automedicação influenciado principalmente por falsas notícias. A realização desse estudo se fez importante por ter sido direcionada a um público-alvo envolvido diretamente com a área da saúde dos quais se espera práticas de cuidado consistentes com as orientações científicas, mas que estiveram expostos à infodemia citada, sobretudo de notícias falsas. Além disso, este estudo também contribuiu para o aumento no número de pesquisas sobre automedicação, principalmente durante a pandemia.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Identificar e descrever a prática de automedicação pelos estudantes do curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

2.2. Objetivos específicos

- Avaliar o uso de medicamentos por parte dos estudantes durante a pandemia.
- Avaliar se houve a prática de automedicação
- Avaliar se o período de pandemia influenciou na prática de automedicação do público-alvo estudado

3. Referencial Teórico

3.1 Pandemia de COVID-19 no Brasil

A doença causada pelo vírus SARS-COV-2, que mais tarde recebeu o nome de COVID-19, foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China e rapidamente se disseminou pelo país, levando a ocorrer, já em janeiro de 2020, os primeiros casos de infecção no Japão e Estados Unidos. O SARS-COV-2 é um RNA vírus que pertence à família *Coronaviridae*, sendo esta uma família de vírus causadores de infecções respiratórias (BRITO et al, 2020). Medeiros (2020, p. 1) destaca que “o SARS-COV-2 é altamente transmissível por gotículas e contato, principalmente em locais fechados e ambientes hospitalares. Um indivíduo com infecção pelo novo coronavírus transmite para outras duas ou três pessoas, dependendo das condições ambientais”.

Em fevereiro de 2020 a OMS deu a doença o nome oficial de COVID-19 (OPAS/OMS, 2020a). O nome é a junção das letras a que se referem os nomes: (CO)RONA, (VI)RUS, (D)ISEASE, que significa, em tradução para o português, doença do novo coronavírus, sendo o número 19 em razão do ano de seu aparecimento (FIOCRUZ, 2021). Em 11 de março de 2020 a OMS decretou o estado de pandemia. Segundo Matta et al (2020, pág. 15), “pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica, indicando que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte”.

A COVID-19 se manifesta de forma assintomática e produz sintomas leves, moderados ou graves, com risco de óbito (ESAKANDARY et al, 2020). No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo (BRITO et al, 2020). No Pará, o primeiro caso da doença foi confirmado no dia 18 de março de 2020 pelo governo do estado juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde do Pará (SESPA) (PARÁ, 2020a). Em Marabá, o primeiro caso confirmado da doença aconteceu no dia 23 de março de 2020 confirmado por meio da prefeitura municipal (MARABÁ, 2020a).

As principais medidas adotadas para contenção do vírus no Brasil, inicialmente, foram o uso de máscara por profissionais de saúde ou pessoas infectadas pelo vírus, o uso de sabão ou álcool em gel na limpeza das mãos, o álcool também para limpeza

de objetos, uso da água sanitária para eventual limpeza das superfícies, evitar aglomerações, isolamento de pessoas contaminadas e separação de objetos usados pelos mesmos (BRASIL, 2020a).

O uso de máscaras pela população em geral foi adotado depois, no dia dois de julho de 2020, por meio da lei nº 14.019, de dois de julho de 2020. (BRASIL, 2020b). Já o distanciamento e isolamento social de toda população foi sendo adotado mediante o aumento do número de casos no país e definido por autoridades e necessidades sanitárias e de saúde de cada região (BRASIL, 2020c).

O sistema de saúde precisou passar por uma remodelação, passando a haver a suspensão ou diminuição de produção de alguns tipos de serviços como as cirurgias e atendimentos eletivos, também determinados pela medida de distanciamento social, ocasionando a priorização de atendimento a doenças mais complexas e casos de moderados a grave de COVID-19 (CAMPOS, CANABRAVA, 2020).

A pandemia de COVID-19 suscitou ações de prevenção que impactaram fortemente diferentes tipos de setores no Brasil entre estes o setor educacional, a saúde e a renda (MATTA et al, 2020). A medida de distanciamento social ocasionou a necessidade do fechamento de escolas e universidades, o que ocasionou impactos na vida de estudantes e profissionais. Em relação à saúde pública, ficaram expostos a falta de investimentos no setor da saúde, o que ficou bem claro com a falta de leitos, profissionais e equipamentos nos hospitais públicos, efeitos sobre os quais Oliveira W.e colaboradores (2020, p. 5) refletem:

A pandemia da COVID-19 expõe as fragilidades estruturais e os pontos de estrangulamento do SUS, em particular a falta, ou distribuição desigual, no território, de profissionais da saúde e de infraestrutura da atenção de média e alta complexidade, bem como a capacidade limitada de produção e realização de testes diagnósticos. Todavia, também traz à tona as fortalezas do maior sistema de saúde público e universal do mundo, que tem um papel preponderante na vigilância e na assistência à saúde, assim como no ordenamento e articulação das ações de enfrentamento à pandemia, nos três níveis de gestão, em todas as Unidades da Federação brasileira.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a garantia do direito à saúde no Brasil, mesmo que por vezes essa garantia tenha falhas. Noronha e Ferreira (2020), ao realizarem um estudo cujo objetivo foi analisar a demanda sobre a saúde pública no Brasil gerada pela pandemia, constataram uma situação crítica no sistema de saúde, com falta de leitos, mesmo com a disponibilidade de leitos privados; falta de

equipamentos importantes para manutenção de sinais vitais de pessoas internadas em UTI pela doença, destacando que:

Essa situação é preocupante porque resulta em aumento da mortalidade nos locais em que a oferta dos serviços não está preparada. Contabilizando a oferta pública e privada, diversas microrregiões e macrorregiões de saúde operariam além de sua capacidade, comprometendo o atendimento principalmente a pacientes com sintomas mais severos. O cenário é pior para leitos de UTI e no Norte e Nordeste do país. A presença de vazios assistenciais pode levar o sistema ao colapso, mesmo com taxas menos elevadas de infecção (NORONHA e FERREIRA, 2020, p. 12).

A pandemia acaba por expressar claramente as situações desiguais existentes no país (ALBUQUERQUE e RIBEIRO, 2020). Entretanto entende-se que, sem a existência do Sistema Único de Saúde (SUS) a pandemia teria um resultado ainda mais catastrófico no Brasil.

Em abril de 2022, o Ministério da Saúde do governo brasileiro declarou o fim do estado de emergência em saúde pública de importância nacional pela COVID-19. Para essa tomada de decisão o Ministério da Saúde considerou a melhora no cenário epidemiológico da doença no país, a confiabilidade da capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) e o avanço da campanha vacinal (BRASIL, 2022a). Essa realidade destoa da análise da OMS, que indica que ainda estamos em situação pandêmica, não devendo haver recuo nas medidas de prevenção e testagem, havendo ainda necessidade de contínua promoção de vacinação, inclusive de doses de reforço para os grupos mais vulneráveis (OMS, 2022).

Até 25 de maio de 2022, o Brasil contava com 30.791,220 (trinta milhões, setecentos e noventa e um mil, duzentos e vinte) casos confirmados e 665.627 (seiscentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete) óbitos (BRASIL, 2022b). No Pará, os dados contabilizam um total de 773.130 (setecentos e setenta e três mil, cento e trinta) casos e 18.343 (dezoito mil, trezentos e quarenta e três) óbitos (PARÁ, 2022a), enquanto o município de Marabá contabiliza no último boletim emitido em 04 de abril de 2022 contabilizava 24.141 (vinte e quatro mil, cento e quarenta e um) casos e 531 óbitos até esta mesma data (MARABÁ, 2022a).

3.2. Uso de medicamentos no Brasil e automedicação

Os medicamentos têm uma contribuição muito grande na melhoria de saúde da população e na manutenção da vida de pacientes (BOTELHO, MARTINS e REIS,

2015). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) define medicamentos como produtos especiais elaborados com a finalidade de diagnóstico, prevenção, cura de doenças ou alívio de sintomas (ANVISA, 2010). Dessa forma, compreende-se os medicamentos como um importante meio de manutenção da saúde humana.

O Ministério da Saúde por meio da portaria nº3.916/MS/GM, de 30 de outubro de 1998, estabeleceu a Política Nacional de Medicamentos, cujo principal propósito é de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, como também a promoção do seu uso racional e a garantia de acesso da população àqueles considerados essenciais (BRASIL, 2001).

Destaca-se que o uso racional de medicamentos acontece quando o indivíduo recebe os medicamentos apropriados para suas necessidades clínicas, em doses exatas, por um tempo adequado e pelo menor custo, tanto para si como também para a comunidade (BRASIL, 2020d). Mesmo que os medicamentos sejam por vezes imprescindíveis para a manutenção da saúde, estes precisam ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que a maior parte dos medicamentos são prescritos, dispensados ou vendidos de forma errônea, e a maioria dos indivíduos não os utilizam de forma correta (OMS, 2002). A automedicação “é definida como a iniciativa do indivíduo ou de seu responsável de obter ou usar um produto que julga que trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas sem a indicação de um prescritor” (SECOLI et al, 2018, p. 2).

É importante enfatizar que a prescrição de medicamentos, que podem ser de origem magistral ou industrializados, compete a todo e qualquer profissional plenamente habilitado (médicos, farmacêuticos, enfermeiros, veterinários e dentistas), sempre em observação às normas sanitárias vigentes e às normas que versam sobre o exercício da profissão (SANTI, 2016).

A prática de automedicação pode ser exemplificada por ações como: compra de medicamentos sem receita médica; o compartilhamento de medicamentos com outros membros da família ou círculo social; reutilização de antigas receitas e descumprimento da orientação do prescritor; alongamento ou a interrupção precoce da dosagem e do tempo de uso indicados na receita (LOYOLA FILHO et al, 2002). Compete frisar que esta é uma prática arriscada e pode gerar graves consequências, por vezes irreversíveis.

Alguns dos malefícios que podem ser causados pela automedicação são: atraso no diagnóstico ou diagnóstico incorreto, ocasionado pelo abafamento de sintomas, o que pode causar uma piora da enfermidade; escolha de medicamento incorreto; dependência química, alergia e intoxicação (MATOS et al, 2018).

No Brasil, é comum a população se automedicar, como vê-se num estudo de Arrais e colaboradores, realizado entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014, no qual observaram que a taxa de prevalência da automedicação no Brasil ficava em torno de 16,1%, sendo a população feminina jovem (20 a 39 anos) das regiões nordeste e centro-oeste as que mais utilizaram medicamentos. Os dados condizem com a proporção de indivíduos que se automedicaram no Distrito Federal no ano de 2012, cerca de 14,9% dos brasilienses praticaram a automedicação, sendo tal prática mais comum entre jovens, principalmente mulheres (DOMINGUES et al, 2017; ARRAIS et al., 2016).

Dados de um estudo feito pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) no ano de 2019 detalham que 77% da população utilizam medicamentos por conta própria sendo o uso mais frequente entre o público feminino, onde 53% destas fazem uso, pelo menos uma vez ao mês de medicamentos sem prescrição. Em relação à faixa etária, jovens entre 16-24 anos são os que mais se automedicam, sendo a facilidade de compra aos medicamentos sem prescrição um dos principais fatores que potencializam a prática (CFF, 2019).

Mengue et al (2016) acredita que o fato de as mulheres aparecerem como principais usuárias de medicamentos, e assim potenciais praticantes da automedicação, pode estar ligado ao fato de as mulheres sofrerem com mais dores de cabeça ou dores crônicas.

Outro dado em comum nos três estudos é que os analgésicos aparecem como os medicamentos mais utilizados pelas populações estudadas, isso pode estar relacionado a este ser um tipo de medicamento utilizado para controle da dor, mas também por possuir um fácil acesso e grande diversidade de apresentações e fabricantes nas prateleiras das farmácias (DUARTE, A., 2011).

Prado et al (2016, pg. 604) destacam como motivadores para a automedicação a “familiaridade com o medicamento, experiências prévias positivas, dificuldade de acesso aos serviços e pela função simbólica que os medicamentos exercem sobre a população”.

A prática de automedicação é perigosa e totalmente prejudicial, ocasionando risco de efeitos indesejados à saúde do indivíduo e gastos em saúde para os tratamentos dos agravos resultantes da prática. Andrade e colaboradores (2020), ao realizarem um estudo a respeito das intoxicações medicamentosas por automedicação no Brasil notificadas no Sistema de Agravos e Notificação (SINAM), constataram que no período entre 2010 a 2017, dos 565. 271 casos notificados por agente tóxico, 52.8% foram provocadas por medicamentos.

3.3. Automedicação durante a pandemia de COVID-19

Durante a pandemia de COVID-19 houve um aumento exponencial do uso de medicamentos no Brasil. As incertezas e fragilidades acabaram colaborando para a procura por medicamentos em farmácias, na busca de prevenção ou tratamento da doença (SANTOS, SANTOS e LUZ, 2021). A propagação massiva de informações durante a pandemia acabou contribuindo no aumento da automedicação (MINAN et al., 2020).

Foi observado durante a pandemia um aumento de acesso e de dados publicados nas redes sociais, o que originou uma infodemia, termo adotado pela OMS que se refere ao aumento do volume de informações ligadas a um assunto específico e que acaba por se multiplicar exponencialmente em um curto espaço de tempo devido a algum evento específico (OPAS/OMS, 2020b).

De janeiro a junho de 2020 foram identificadas um total de 329 notícias falsas relacionadas à COVID-19, referentes à prevenção, tratamento da doença, comportamento do vírus e outros, sendo os principais meios de divulgação dessas informações as redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp* (BARCELOS et al, 2020). De acordo com Ruiz, Souza e Paiva (2021 p,6), “a influência das notícias propagadas pelos meios de comunicação como jornais, *Whatsapp* e muitas outras redes sociais vêm contribuindo de forma negativa para a automedicação durante a pandemia do novo coronavírus”.

Cabe destacar que as redes sociais não representam um lugar completamente seguro para a busca de informações, visto que qualquer pessoa pode ter acesso às redes e, portanto, fazer publicações de qualquer teor e compartilhá-las com o mundo todo (GIORDANI et al, 2020). O perigo nas informações postadas na internet, principalmente em redes sociais, é que não passam por nenhum teste de veracidade

antes de serem propagadas e são postadas por vezes por pessoas que não possuem conhecimento algum sobre o assunto.

Inicialmente um dos principais desafios impostos pela pandemia era o desconhecimento a respeito do vírus e como tratar a doença causada por ele. Desse modo, o uso de medicamentos se intensificou no Brasil, estando no centro dessa questão fármacos já existentes e funcionais para tratamento de outras doenças, conforme Melo et al (2021, p .2):

Durante a pandemia de COVID-19, o padrão de consumo de medicamentos no Brasil chamou a atenção. Estava no centro dessa questão o denominado “tratamento precoce” ou “kit-covid”: uma combinação de medicamentos sem evidências científicas conclusivas para o uso com essa finalidade, que inclui a hidroxiclороquina ou cloroquina, associada à azitromicina, à ivermectina e à nitazoxanida, além dos suplementos de zinco e das vitaminas C e D. A prescrição e o uso desses medicamentos *off label* para tratar ou prevenir a COVID-19 recebeu contornos de grande credibilidade, quando o “tratamento precoce” e o “kit-covid” foram divulgados e o seu uso incentivado amplamente nas mídias sociais (WhatsApp, Facebook e Instagram) por profissionais médicos, autoridades públicas e nas páginas oficiais de Internet de Secretarias de Saúde, Ministério da Saúde e Governo Federal do Brasil.

A respeito da hidroxiclороquina ou cloroquina, estes são medicamentos já conhecidos, utilizados há cerca de 70 anos para tratamento da malária e lúpus eritematoso, e foram sugeridos para tratamento da COVID-19 unicamente por apresentarem atividade *in vitro* com potencial contra o vírus. No entanto, a atividade *in vitro* não deve ser interpretada como uma prova de eficácia clínica contra a doença (SOUZA, D., 2021).

De acordo com Sousa, F., e colaboradores (2021) mesmo sem comprovação científica de eficácia contra a COVID-19, os medicamentos presentes no “kit covid” foram amplamente divulgados, o que ocasionou um desabastecimento destes medicamentos e outros insumos nas farmácias de todo o país.

Ressalta-se que esses medicamentos podiam ser comprados sem prescrição, o que culminou com que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no intuito de evitar o uso indiscriminado desses medicamentos, publicasse a Resolução nº351/2020, que incluiu a cloroquina e a hidroxiclороquina na lista de receitas de controle especial por meio da portaria de número 344/98, que inclui diversos tipos de controle, sendo estabelecido sobre a cloroquina e hidroxiclороquina apenas o controle especial de receita com duas vias, o que também aconteceu com a nitazoxanida, através da Portaria No 372/2020 (SOUSA, F., et al, 2021).

A Resolução de diretoria colegiada (RDC) nº 405/2020 oficializou a retirada da hidroxicloroquina, cloroquina e nitazoxanida da lista de medicamentos de controle especial, passando estes para medicamentos de uso controlado, incluído nessa medida também o medicamento ivermectina (BRASIL, 2020e). A RDC nº 405/2020 entrou vigor no dia 22 de julho de 2020, mas, em setembro de 2020, houve uma atualização da mesma, o que excluiu a nitazoxanida e a ivermectina da lista de medicamentos controlados, passando assim a não ser necessário retenção de receita para a dispensação dos mesmos (FEBRAFAR, 2020).

Mesmo sem comprovação de eficácia dos medicamentos contra a COVID-19, o governo brasileiro continuou a incentivar a sua utilização, “dando à cloroquina e à hidroxicloroquina status de “bala de prata” (SANTOS-PINTO, MIRANDA E CASTRO, 2021, p.1). No dia 20 de maio de 2020, o Ministério da Saúde lançou um protocolo de manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da COVID-19. Tal documento traz a classificação de sinais e sintomas da doença, que podem variar de leve a grave, e faz a orientação para prescrição a pacientes adultos de dois medicamentos associados à azitromicina: a cloroquina e o sulfato de hidroxicloroquina (BRASIL, 2020f).

No documento é ressaltado que o acesso a esses medicamentos só será possível por meio de prescrição médica, sendo de competência do médico e do paciente, cuja concordância será declarada por escrito pelo paciente, para o uso dos medicamentos. O Ministério elaborou ainda um Termo de Ciência e Consentimento para uso de Hidroxicloroquina/Cloroquina e salientou que esses medicamentos já vinham sendo utilizados em alguns estados do Brasil no tratamento de casos graves da doença.

Em maio de 2020, o governo do Estado do Pará comprou 130.727 (cento e trinta mil setecentos e vinte e sete) cápsulas de azitromicina, 90.858 (noventa mil, oitocentos e cinquenta e oito) de hidroxicloroquina e 114.025 (cento e catorze mil e 25) de cloroquina, que foram distribuídas a municípios do interior do estado (PARÁ, 2020a). Em Marabá, localizada no sudeste do Pará, no dia 22 de maio de 2020 passaram a ser entregues kits de medicamentos à população em estágio inicial da doença, sendo tal entrega realizada em quatro pontos estratégicos da cidade, mediante prescrição médica. O kit entregue era composto por azitromicina, ivermectina, cloroquina, zinco e vitamina C. Ao todo, foram entregues 21.672 medicamentos à população (MARABÁ, 2020b).

“As medidas impostas frente à pandemia ficavam a cargo dos estados, que tinham competência para agir sobre a definição de protocolos para o combate à COVID-19, desde que guiados por critérios técnicos e científicos” (SCHAEFER et al, 2020, p.1433). Salieta-se que o tratamento do paciente com COVID-19 está baseado na autonomia do médico e na valorização da relação médico-paciente. “Admitiu-se o uso *off-label* para a cloroquina e para a hidroxicloroquina no momento inicial da pandemia, quando ainda pairavam as hipóteses sobre sua eficácia na COVID-19” (SANTOS-PINTO, MIRANDA e OSORIO-DE-CASTRO, 2021, p.3).

Sobre os medicamentos que ganharam atenção durante a pandemia, é importante esclarecer que não foi constatada eficácia destes para tratamento ou prevenção da COVID-19. O estudo *Solidarity*, recomendando pela OMS, estudou a eficácia da hidroxicloroquina e outros medicamentos. Os testes começaram em fevereiro de 2020 e após seis meses já havia resultados de que a hidroxicloroquina não demonstrava eficácia para pacientes acometidos pela doença (OMS, 2020).

Sobre a ivermectina, fármaco com ação antiparasitária, é comprovada cientificamente somente a ação a nível biomolecular, com eficácia da ação antiviral da molécula de ivermectina em diminuir a replicação e transporte viral, porém clinicamente o fármaco não demonstra eficácia no tratamento da COVID-19 (PONTE et al, 2021).

A azitromicina é um medicamento antibiótico. Um estudo denominado *RECOVERY*, ensaio clínico realizado no Reino Unido no ano de 2020 com pacientes hospitalizados por COVID-19, relata que a azitromicina não demonstrou nenhum benefício clínico e que o seu uso em pacientes hospitalizados com COVID-19 precisa ser restrito aos que apresentarem indicação antimicrobiana clara (HORBY et al, 2020, p.10).

Entre as reações adversas causadas pelo uso da hidroxicloroquina e cloroquina com resultados presentes em estudos realizados em pessoas com COVID-19, destacam-se os perigos referentes à alteração da fibrilação atrial com alertas para distúrbios cardíacos, convulsões, insônia, vômitos, diarreia e problemas na visão (SANTOS J. et al, 2021; ALVES, CORDEIRO e CARNEIRO, 2021).

Apesar de ainda serem escassos os estudos sobre a automedicação durante a pandemia no Brasil, um estudo realizado por Souza, M., e colaboradores (2021), cujo o número de participantes se deu em 509 pessoas entrevistadas, residentes em diferentes estados brasileiros onde 157 (30,1%) dos participantes, quando indagados

sobre a realização de automedicação no intuito de prevenir ou tratar a infecção pelo SARS-CoV-2 relataram ter se automedicado, tendo a grande maioria dos entrevistados (91,2%) afirmado ter adquirido fármacos sem prescrição médica em farmácias comerciais.

Medicamentos como Azitromicina, ivermectina e vitaminas C e D utilizadas com intuito de prevenção se destacaram como os principais medicamentos utilizados por parte dos participantes do estudo, quando indagados sobre o conhecimento em relação aos potenciais riscos da automedicação bem como dos efeitos colaterais que podem surgir, a maioria dos entrevistados afirmou conhecer os efeitos adversos (SOUZA, M., et al, 2021).

“A automedicação nesse contexto de pandemia está associada especialmente a medicamentos que “supostamente” poderiam prevenir uma infecção pelo vírus, minimizar a gravidade da doença ou até mesmo curar casos mais graves” (ANDRADE, MORENO E LOPES-ORTIZ, 2021, p. 73773).

Para a diminuição ou reversão da automedicação entende-se que é importante que haja educação e informação para a população; maior controle sob a venda de medicamentos com e sem prescrição; melhora no acesso aos serviços de saúde, de modo a incluir critérios éticos para a promoção do uso racional de medicamentos; e a adoção de terapêuticas não medicamentosas, quando aplicável (AQUINO, 2008).

Pitta e colaboradores (2021, p. 3) esclarecem que “a desinformação e o fácil acesso aos medicamentos podem levar a sérias consequências, como: aplicação incorreta de uma medicação, dosagem imprecisa, via inadequada de administração do medicamento, tempo de tratamento inadequado, entre outras”.

Os medicamentos aprovados pela Anvisa que se encontram em uso para tratamento da COVID-19 atualmente, são: rendesivir, sotrovimabe, baricitinibe, evusheld e paxlovid (BRASIL, 2022c). Destaca-se também a utilização de vacinas no combate à pandemia, Senhoras (2021, p.111) retrata que “de modo reativo à pandemia do novo coronavírus surgiu uma dinâmica corrida para a criação de vacinas em um curto espaço de tempo no globo”.

No Brasil, as primeiras vacinas chegaram na data de 21 de março de 2021 (OPAS/OMS, 2021a). Essas vacinas vêm sendo acompanhadas pela ANVISA (por meio de estudos clínicos) e conseqüentemente disponibilizadas por meio de etapas de: registro, uso emergencial, importação excepcional ou pelo consórcio Covax

Facility. Atualmente as vacinas utilizadas são: Comirnaty Pfizer/ Wyeth; Coronavac (Butantan); Janssen Vaccine (Janssen – Cilang) e Oxford/ Covishield (Fiocruz e Astrazeneca).

Os estudos clínicos das vacinas foram conduzidos pelos laboratórios farmacêuticos e instituições de pesquisa (BRASIL, 2021a) de modo célere e seguro, graças à mobilização mundial de recursos humanos e investimentos financeiros. Atualmente, em maio de 2022 mais de 163 milhões de brasileiros já foram imunizados com as duas doses da vacina (BRASIL, 2022d).

3.4. Uso de medicamentos entre universitários

Por meio da medida de distanciamento social, foram necessárias mudanças em vários setores, entre estes escolas e universidades, que precisaram fechar as portas em cumprimento das medidas protetivas. As instituições tanto públicas como privadas precisaram se remodelar rapidamente para que pudessem garantir a oferta educacional (NUNES, 2021). “Com a suspensão de aulas presenciais e a implementação do ensino remoto, os universitários, abruptamente, tiveram que reinventar uma maneira de viver o cotidiano acadêmico” (CARVALHO e SILVEIRA, 2021, p.2).

Santos, Santos e Luz, (2021) conceituam que as inseguranças geradas pela pandemia, como a falta de clareza sobre medicamentos eficazes contra a COVID-19, mudanças no ensino educacional, e o isolamento social, causaram medo em uma grande parcela da população, entre estes os estudantes. Toda a insegurança e a fragilidade vivenciadas na pandemia acabaram por colaborar para a procura por medicamentos para prevenção ou tratamento da doença, mesmo sem comprovação científica.

As autoras, ao realizarem um estudo sobre a influência das redes sociais no uso irracional de medicamentos para combate ao COVID-19 por estudantes do curso de farmácia e profissionais de uma instituição de ensino superior privada, encontraram que cerca de 73,6% dos participantes da pesquisa relataram fazer uso eventual de medicamentos sem comprovação científica para tratamento preventivo da COVID-19 e sem a orientação de um profissional capacitado (SANTOS, SANTOS e LUZ, 2021).

Os medicamentos mais utilizados foram a ivermectina, azitromicina e várias vitaminas (A, C, D e do complexo B), o que corrobora com os dados encontrados no

estudo de Souza, M. e colaboradores (2021), cuja população também fez usos desses medicamentos, sendo a justificativa dada pelos indivíduos, em sua maioria, como sendo a influência das mídias e redes sociais orientadas por supostos médicos.

Durante a pandemia, as pessoas passaram a buscar mais informações sobre saúde por meio da internet, isso também por haver um receio de irem a estabelecimentos de saúde (ONCHONGA, 2020). Os jovens se mostram mais ativos na prática de automedicação (CFF, 2019; Domingues et al, 2017; ARRAIS et al, 2016). Em relação a universitários, Tarley e colaboradores (2018) realizaram um estudo comparativo da prática de automedicação entre universitários da área da saúde e universitários de outras áreas não relacionados à saúde, na universidade de Marília (SP). Os autores constataram que não havia diferença significativa a respeito da prática entre as áreas.

Em ambos os cursos foi identificado que cerca de 90,0% dos entrevistados recorrem à automedicação devido à ocorrência de doenças autolimitadas. Andrade, Moreno e Ortiz (2021) encontraram uma prevalência de 84,75% de automedicação entre a população universitária, onde a maioria faz uso principalmente de analgésicos. Durante a pandemia 20,34% dos estudantes relataram ter se automedicado, fazendo uso de medicamentos apontados como propensos a prevenção ou tratamento de COVID-19.

O uso de medicamentos sem prescrição representa um risco a saúde, tendo sido ressaltado por Aquino (2008) que um terço das internações que ocorrem no Brasil é resultado de automedicações. Compreende-se, então, a automedicação como um grave problema de saúde pública que precisa ser combatido.

Salienta-se assim a importância do acompanhamento da saúde de toda a população, em especial dos jovens da população universitária, que experimentou diferentes mudanças durante a pandemia, como a passagem do ensino presencial ao sistema remoto, o que pode ter interferido na saúde dessa população, estando estes expostos a diferentes eventos que poderão trazer impactos na qualidade de vida e de desempenho laboral futuramente, bem como também contribuído para a prática de automedicação.

Os Bacharéis em Saúde Coletiva, como futuros profissionais da área de saúde, merecem atenção quanto à prática de automedicação, tanto no sentido do autocuidado e protagonismo, como no sentido de conhecedores de práticas seguras para cuidar de sua saúde quanto estudantes, para que assim na sua vida profissional

futura, estes sejam multiplicadores de informações baseadas na ciência, exercitando sua capacidade crítica-reflexiva e contribuindo para promoção do uso racional de medicamentos.

4. Metodologia

4.1. Desenho e local de estudo

O estudo tratou-se de pesquisa descritiva e quantitativa, voltada para estudantes do curso de saúde coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) por meio da aplicação de questionário virtual sobre o uso de medicamentos durante a pandemia, com intuito de avaliar se houve prática de automedicação. A pesquisa quantitativa é aquela na qual se coletam e analisam dados quantitativos sobre variáveis (ESPERÓN, 2017).

4.2. Participantes

Para o cálculo amostral foi adotado um percentual de erro de 5% e nível de confiança de 95%. O curso de saúde coletiva da UNIFESSPA possui um total de 108 alunos, a amostra probabilística mínima estimada era de 76 indivíduos. Participaram desta pesquisa 33 alunos, que antes de responderem ao questionário precisaram assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice 1). Os critérios de inclusão da pesquisa eram: ser aluno do curso de Saúde Coletiva da UNIFESSPA e assinatura do TCLE.

Considerando a impossibilidade de cumprimento da amostra probabilística, a seleção de participantes desta pesquisa aconteceu por técnica de amostragem não probabilística de conveniência, onde esses participantes são selecionados por sua disponibilidade de acesso (MAROTTI et al, 2008).

Os alunos tiveram acesso à pesquisa por meio de folder de divulgação da pesquisa com link compartilhados com eles por meio de *WhatsApp*, no grupo geral de alunos de Saúde Coletiva, grupos de turma, e-mail institucional e durante aulas remotas. Foi realizada a divulgação da pesquisa também na rede social Instagram e

página oficial do curso, por meio de material de arte de divulgação. A pesquisa aconteceu entre fevereiro e março de 2022.

Considerando a cronologia citada e destacada (Anexo 1) para enfatizar a persistência na divulgação da pesquisa, salientam-se os esforços da autora na busca de um maior número de respostas e cumprimento da amostragem probabilística, o que não foi possível, resultando no seguimento do trabalho através da amostragem por conveniência.

4.3. Instrumentos

O instrumento utilizado para a pesquisa foi o questionário (Anexo 2), produzido por Melo (2021). O questionário foi aplicado por meio da plataforma *Google Forms* e contém variáveis de cunho sociodemográfico, sobre COVID-19, sobre o uso de medicamentos e automedicação. Ressalta-se que mesmo online os estudantes só tiveram acesso à pesquisa após a assinatura e visualização do TCLE (Anexo 1), que traz a garantia à proteção da identidade e dos dados fornecidos pelos participantes, especificando os riscos, mesmo mínimos, relacionados à pesquisa.

4.4. Análise dos dados

Todos os dados coletados foram processados utilizando o software Microsoft Excel onde foi construído o banco de dados e a realização das análises descritivas das variáveis estudadas, organização das tabelas e figuras para apresentação dos dados.

4.5. Aspectos éticos

A pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios éticos da Resolução CNS N° 466/2012 (BRASIL, 2012). Os dados pessoais coletados durante a pesquisa foram mantidos em sigilo, sob coordenação da pesquisadora principal. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob o registro CAAE: 51447121.7.0000.0018.

5.Resultados e discussão

Os universitários se mostraram mais acessíveis por meio de divulgação da pesquisa no *whatsapp* e e-mail institucional. A pesquisa teve início em 14/02/2022 e encerrou no dia 29/03/2022.

Entre os dias 15 de fevereiro a 14 de março foram obtidas 24 respostas sucedidas pela divulgação no aplicativo *Whatsap*, no dia 23 mediante nova divulgação no grupo geral foram sucedidas mais duas respostas ao questionário totalizando assim 26 respostas por influência de divulgação *Whatsap*. Apenas 7 respostas foram obtidas após a divulgação por email.

Nos nossos resultados, em relação às turmas atualmente em curso, a maior participação de estudantes nesta pesquisa se concentrou na turma 2018, com um percentual 33,3% (N = 11).

Os discentes da turma de 2018 já se encontram em período de pré-finalização do curso, dessa forma já tiveram acesso à toda grade curricular de disciplinas formativas, o que nos faz julgar como valiosa sua participação, refletindo o graduando mais consciente da importância de sua participação em pesquisas relacionadas à saúde, sobretudo nesta aqui relatada, que lidou com baixa adesão do público-alvo, o que inclusive impediu uma amostragem probabilística inicialmente planejada.

Em geral, contamos com o total de 33 estudantes participantes da pesquisa, das turmas 2016 a 2020, a tabela 1 traz os dados sociodemográficos dos discentes, onde destes 93,9% (N = 31) são do sexo feminino e 6,1% (N = 2) do sexo masculino.

Em relação à faixa etária dos estudantes houve uma variação dos dados, o maior percentual está entre 19 e 26 anos, correspondendo um total de 51,5% (N = 17) da amostra, em seguida 33,3% (N = 11) de acadêmicos com idade entre 27 e 34 anos.

Em relação ao estado civil e quantidade de pessoas que residem junto aos discentes, majoritariamente 63,6% (N = 21) são solteiros e o número de residentes domiciliares varia entre 2 a 9 pessoas.

Acentua-se que não houve participação de discentes com idade inferior a 19 anos, sendo os discentes desta pesquisa jovens e adultos que possuem faixa etárias entre 19 e 51 anos (média de idade 27,76 e desvio padrão 7,88).

Tabela 1- Características sociodemográficas dos universitários (N=33).

Variáveis		N	%
Sexo	Feminino	31	93,9
	Masculino	2	6,1
Idade	19 a 26 anos	17	51,5
	27 a 34 anos	11	33,3
	35 a 42 anos	4	15,2
	43 a 51 anos	1	3,0
Estado Civil	Casado(a)	4	12,1
	União estável	8	24,2
	Solteiro(a)	21	63,6
Residentes em domicílio	2 pessoas	8	24,2
	3 pessoas	5	15,2
	4 pessoas	7	21,2
	5 pessoas	6	18,2
	6 pessoas	3	9,1
	7 pessoas	3	9,1
	9 pessoas	1	3

Fonte: Elaborada pela autora, 2022

A predominância do sexo feminino está relacionada a haver um número maior de mulheres no curso de Saúde Coletiva em Marabá, assim como há uma maior incidência de mulheres em cursos de graduação relacionados à saúde, o que pode ser visto também em outros estudos voltados para pesquisas envolvendo universitários de cursos da área da saúde (ANDRADE E MORENO, 2021; ZAMPIERON et al, 2019; TARLEY et al, 2018).

De acordo com o Censo do ensino universitário no Brasil em média os estudantes universitários possuem idades entre 19 a 31 anos (BRASIL, 2020g). Em relação aos alunos de idades maiores que 30, Para Pereira-Neto e Almeida (2021), a presença de alunos de idade mais avançada no ensino superior está ligada à ampliação de vagas, bem como também ao aumento das demandas de mão de obra qualificada no setor trabalhista.

O perfil do estudante de Saúde Coletiva encontrado nessa pesquisa possui semelhanças com o perfil encontrado por Castellanos e colaboradores (2013) em estudo sobre o perfil de estudantes de Saúde Coletiva no Brasil, onde pôde constatar que esse perfil é caracterizado por uma população com 26 anos de idade em média, do sexo feminino, solteira.

“A pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século” (WERNECK E CARVALHO, 2020, p.1). A respeito da contaminação pelo vírus entre os estudantes participantes desta pesquisa, a Tabela 2 demonstra que 51,5% (N = 17) relataram terem tido COVID-19 e 48,5% (N = 16) não tiveram a doença. A frequência de 72,7% (N = 24) dos participantes não fazem parte dos grupos de risco e 27,2% (N = 9) relataram fazerem parte do grupo de risco por serem portadores de doenças como a asma, hipertensão e doença crônica renal.

Tabela 2 - Casos de COVID-19 entre os discentes e grupo de risco

Variáveis	N	%	
Teve COVID-19	Sim	17	51,5%
	Não	16	48,5%
Pertencentes a grupo de risco para COVID-19	Não	24	72,7%
	Asma	2	6,1%
	Asma, doença renal crônica	1	3,0%
	Diabete, hipertensão	1	3,0%
	Doença renal crônica	1	3,0%
	Hipertensão	1	3,0%
	Puérpera	1	3,0%
	Outros	2	6,1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O período de incubação do SARS-COV-2 varia entre 1 a 14 dias, os infectados podem ser assintomáticos ou apresentar sintomas leves como tosse, febre e dor de garganta sintomas compatíveis com síndrome gripal, ou podem evoluir para sintomas mais graves e letais da doença como insuficiência respiratória e choque séptico (CHAN et al, 2020).

São considerados grupos de risco para COVID-19: pessoas com idade acima de 60 anos, portadores de comorbidades cardiovasculares (hipertensão), pulmonares, obesidade, doença cerebrovascular, imunodepressão e imunossupressão, renais crônicos (graus 3, 4 e 5), diabetes melitos, doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica, neoplasia maligna, algumas doenças hematológicas (como anemia falciforme e talassemia) e por fim gestação, há uma vulnerabilidade maior de pessoas deste grupo desenvolverem a forma grave da doença com risco de letalidade (BRASIL, 2021b).

Ressalta-se que o fato de não fazer parte do grupo de risco não elimina a chance de acometimento da doença com possibilidade de gravidade. Com o avanço da pandemia, no ano de 2021, houve um aumento nos casos de infecção e morte por COVID-19 entre jovens e adultos “saudáveis” (OPAS/OMS, 2021b).

O aumento de casos graves de COVID-19 em faixas etárias mais jovens pode estar ligado ao impacto do estresse no sistema imunológico, que mediante à pandemia, às medidas impostas e todas as incertezas do período pandêmico, acabaram por enfraquecer a saúde mental e física de uma grande parte dessa população (MINUSSI, 2020).

Ao fazer associação entre casos de COVID-19 e faixa etárias dos discentes constatou-se que de 51,5% (N = 17) dos casos da doença entre os discentes 24, 2% (N = 8) aconteceu entre pessoas em idades entre 19 e 26 anos, em segundo as faixas etárias entre 27 e 34 anos totalizando 18, 2% dos casos (N = 6) descritos na tabela 3.

Tabela 3- Relação entre casos de COVID-19 por faixa etária

Idade dos discentes	Teve COVID-19		Total
	Sim	Não	
19 - 26	8	9	17
27 - 34	6	5	11
35 - 42	2	2	4
43 - 51	1	0	1
Total Geral	17	16	33

Fonte: elaborado pela autora, 2022

No ano de 2020, estima-se que oito milhões de pessoas em todo o Brasil tiveram sintomas relacionados à gripe, em relação a COVID-19 um total de 1.179 (mil

cento e setenta e nove) pessoas entre 20 a 29 anos testaram positivo para o vírus SARS-COV-2 (IBGE, 2020).

Guimarães e colaboradores (2021) descrevem que os casos de COVID-19 entre adultos na faixa etária entre 20 e 59 anos de idade com evolução a óbito têm sido regulares, mas ainda assim, este grupo populacional tem mais probabilidade de sobreviver em razão de terem mais vigor físico, apresentarem menores quadros de comorbidades e melhores respostas ao tratamento. Mas é possível que esse grupo entre 20 e 59 anos de idade seja mais afetado por síndromes longas de COVID ou pós COVID aumentando a carga de doenças, o que pode acabar comprometendo a qualidade de vida destes indivíduos.

Em relação a grupos populacionais, a COVID-19 apresentou maior número de casos na população adulta e maior letalidade em idosos (BARBOSA et al, 2020). Outro grupo bastante afetado pela doença foram os profissionais de saúde, estes foram diretamente impactados pelo vírus sendo descrito que de março a agosto de 2020, já haviam 257.156 (duzentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e seis) casos da doença entre esses profissionais (DUPRAT e MELO, 2020).

Durante a pandemia se intensificou o aumento do consumo de medicamentos no Brasil. Com relação ao uso de medicamentos por universitários Santos, Santos e Luz, 2021 encontraram um percentual 73,6 % de uso de medicamentos entre universitários do curso de farmácia e profissionais, utilizados sem prescrição com o intuito de tratamento da COVID-19. Andrade, Moreno e Ortiz (2021) durante a pandemia encontraram um percentual de 20,34% de uso de medicamentos por universitários e antes do cenário pandêmico os autores destacam um percentual de 84,75% do uso de medicamentos entre universitários, utilizando-se principalmente de analgésicos.

Ao avaliar o uso de medicamentos durante a pandemia pelos universitários do curso de saúde coletiva, encontrou-se que 72,73% (N = 24) fizeram uso de medicamentos e 27,2% (N = 9) disseram não ter utilizado medicamentos. 45,5% (N =15) dos medicamentos foram utilizados por prescrição e 30,3% (N = 10) por conta própria sem prescrição. Em relação a atendimento médico 48,5% (N=16) buscaram atendimento entre serviços de saúde pública em Marabá ou outro município e serviços particulares dentro da cidade ou outro município. A tabela 4 traz a composição desses dados supracitados.

Em relação à taxa de automedicação, 30,4% encontrada na tabela 4, salienta-se que pode haver uma variação nesse percentual visto que esse dado foi contabilizado de forma generalizada sendo aceitas apenas respostas sim e não para a pergunta “fez uso de medicamentos”, e as respostas: não respondi sim à pergunta anterior, não e sim à pergunta “se o medicamento foi utilizado por prescrição”.

Tabela 4- Uso de medicamentos para COVID-19 ou síndromes gripais, uso de medicamento por prescrição e tipo de atendimento Médico

Variáveis		N	%
Uso de medicamento relacionado a COVID-19 ou síndromes gripais ou suspeita da doença	Sim	24	72,7%
	Não	9	27,3%
O medicamento foi utilizado a partir de prescrição médica	Não utilizou medicamento	8	24,2%
	Sim	15	45,5%
	Não	10	30,3%
O medicamento foi prescrito no atendimento médico público ou privado	Não utilizou medicamento	17	51,5%
	Público, em Marabá	7	21,2%
	Público, em outro município	5	15,2%
	Privado, em Marabá	3	9,1%
	Privado, em outro município	1	3,0%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

A tabela 5 resulta em uma tabela de associação entre uso de medicamentos e os meios utilizados para o uso e acesso aos medicamentos por parte dos discentes, ao realizar essa análise mais aproximada foi encontrado que entre os universitários do curso de Saúde Coletiva 9 (27,3%) dos discentes utilizaram medicamentos sem nenhum tipo de acompanhamento ou prescrição. É possível notar que um discente marcou a resposta não tanto para o uso de medicamentos, como também a pergunta

se o medicamento foi utilizado por prescrição, não podendo assim esse dado ser contabilizado como automedicação. Em suma, 24 (72,7%) dos universitários fizeram uso de medicamentos sendo apenas 15 (45,5%) por prescrição e 9 (27,3%) utilizaram medicamento por conta própria sem auxílio de profissional.

Tabela 5- Associação entre uso de medicamentos e medicamentos utilizados por prescrição

Fez uso de algum medicamento relacionado a COVID-19 ou síndromes gripais ou suspeita da doença		O medicamento foi utilizado a partir de prescrição médica			
		Não utilizou medicamento	Não	Sim	Total
Não	8	1	0	9	
Sim	0	9	15	24	
Total Geral	8	10	15	33	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Mesmo sendo baixa a taxa de automedicação encontrada entre os discentes durante a pandemia, confere lembrar que o uso de medicamentos sem prescrição consiste numa prática arriscada. Secoli e colaboradores (2019, p.3) esclarecem que “o uso indevido de medicação sem avaliação criteriosa do profissional habilitado pode ocasionar reações adversas, aparecimento de sintomas inespecíficos e piora da condição de saúde”.

Durante a pandemia, como resultado do medo, da falta de clareza de informações sobre medicamentos eficientes contra a COVID-19 e o isolamento social, a população passou a buscar mais informações por meio da internet, é importante acentuar que mesmo sem certezas em relação ao tratamento do vírus ou métodos de prevenção por meio de medicamentos, circulavam principalmente nas redes sociais, diversas informações sobre a COVID-19, informações estas relacionadas principalmente a medicamentos, o que acabou impulsionando a prática de automedicação por parte da população. (RUIZ, SOUZA E PAIVA, 2021; SOUSA, F., et al, 2021; BARCELOS et al, 2020).

Destaca-se que a falta de assistência médica pode ter contribuído também para a automedicação, uma vez que a prioridade de atendimento estava concentrada em pacientes com COVID-19. Oliveira, J. e colaboradores (2021) destacam que na falta

de acessibilidade a serviços de saúde, as farmácias comerciais passam a ser o principal meio de automedicação pela população, pela facilidade em se conseguir medicamentos. Reitera-se que a prática de automedicação é comum no Brasil, sendo descrita por diferentes autores, que trazem destaque aos jovens e mulheres como os principais usuários de medicamentos sem prescrição (CFF, 2019; DOMINGUES et al, 2017; ARRAIS et al, 2016; MENGUE et al, 2016).

Em relação a casos de COVID-19 e uso de medicamentos (Tabela 6) ,17 (51,5%) dos discentes tiveram COVID e dentre estes, 15 (45,5%) disseram ter feito uso de medicamentos, entretanto 16 (48,5%) não tiveram a doença mais 9 (27,3%) pessoas dentre estes, se utilizaram de medicamentos que podem estar relacionados tanto para COVID como também síndromes gripais.

Tabela 6- Associação de Casos de COVID-19 e uso de medicamentos

Teve COVID	Fez uso de algum medicamento relacionado à COVID ou síndromes gripais		
	Não	Sim	Total
Não	7	9	16
Sim	2	15	17
Total Geral	9	24	33

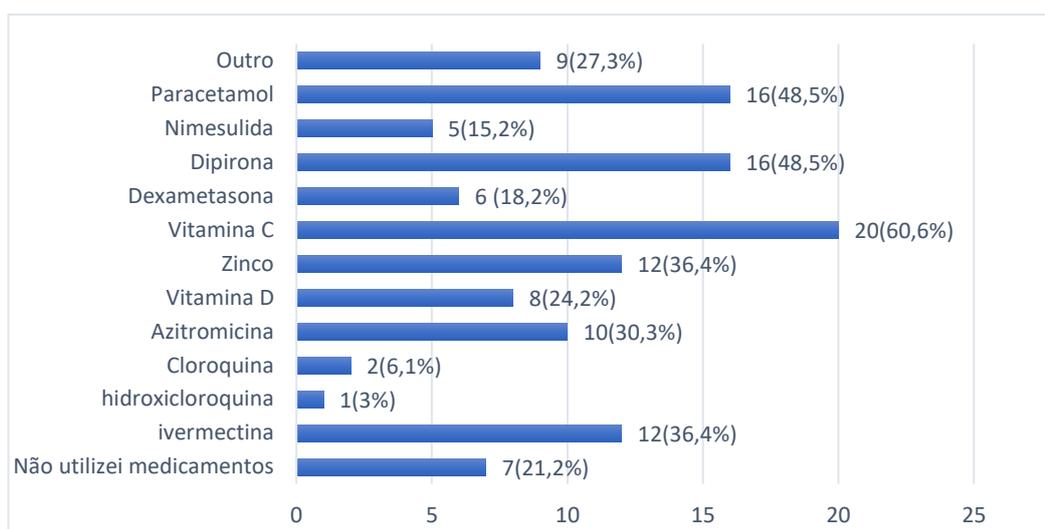
Fonte: Elaborado pela autora,2022.

Por meio das informações dispostas nas mídias sociais muitos medicamentos passaram a serem utilizados pela população tanto na busca de cura da doença por pessoas já infectadas, como também no intuito de se prevenir a infecção pela doença o que explica o fato de mesmo não doentes as pessoas utilizarem os medicamentos que estavam sendo considerados para a terapêutica do vírus. O “kit Covid” um conjunto de diferentes tipos de medicamentos que vinha sendo amplamente divulgados como eficazes a prevenção ou tratamento de COVID-19 estiveram entre os medicamentos mais consumidos durante a pandemia (ALVES, CORDEIRO e CARNEIRO, 2021; MIGUEL e CARVALHO, 2021).

Uma das questões dispostas no questionário abordava sobre os medicamentos utilizados durante a pandemia, tendo sido disponibilizados nomes de medicamentos e/ou vitaminas, inclusive alguns dos comentados pela mídia como forma de prevenção ou tratamento da COVID-19. Como resposta os acadêmicos poderiam marcar uma ou mais alternativas, cujos achados estão ilustrados no gráfico 1, que revela que os

medicamentos mais utilizados pelos discentes foram a vitamina C 60,6% (N = 20), dipirona 48,5% (N = 16), paracetamol 48,5% (N = 16), ivermectina 36,4 (N = 12) e zinco 36,4% (N = 12) e a azitromicina que alcançou 30,3% (N = 10) de uso.

Gráfico 1- Medicamentos utilizados pelos estudantes durante a pandemia



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O uso de analgésicos, anti-inflamatórios e antitérmicos pela população é algo recorrente, diversos estudos denotam estes medicamentos como uns dos principais medicamentos utilizados para automedicação, isto se dá pela versatilidade de seu uso em relação aos sintomas e pela facilidade de compra (CFF, 2019; DOMINGUES et al, 2017; MENGUE et al, 2016).

A vitamina C, medicamento mais utilizado pelos estudantes, foi estudada em relação à COVID-19 mostrando-se potencialmente eficiente devido à capacidade antioxidante e propriedades antivirais e anti-inflamatórias (ANDRADE, MORENO E ORTIZ, 2021)

Para Alegria e colaboradores (2020), essa vitamina pode representar uma abordagem boa e barata e suficientemente segura, no entanto se faz necessário dados de pesquisas clínicas que tragam comprovação sobre seu uso para COVID-19.

Entretanto, Thomas e colaboradores (2021) ao realizarem um estudo clínico randomizado, nos Estados Unidos entre 27 de abril e 14 de outubro de 2020, com 214 pacientes diagnosticados com COVID-19 de grau moderado, buscou a eficácia do uso de zinco e vitamina C no tratamento dos pacientes. A população participante foi

dividida em grupos, onde um grupo recebeu cuidados habituais, outro grupo recebeu vitamina C, outro grupo recebeu zinco e um último grupo recebeu zinco e vitamina C.

O resultado do estudo realizado encontrou que não houve diferença significativa entre os tratamentos e que menos de 10% da população estudada sofreu efeitos adversos pelo uso do suplemento. Em resumo, o estudo denominado “COVID A a Z” foi projetado para avaliar se os pacientes tratados com zinco, vitamina C ou a combinação de ambos os tratamentos resultariam em uma duração mais curta dos sintomas associados ao SARS-CoV-2 em comparação com os cuidados habituais. Por fim, uma redução significativamente mais rápida nos sintomas não foi observada em nenhum dos grupos de tratamento ativo versus cuidados habituais (THOMAS et al, 2021).

A ivermectina e a azitromicina foram testadas em estudos para comprovação de sua eficácia para COVID-19, no entanto, os resultados demonstraram que os medicamentos não possuíam efeitos satisfatórios para que pudessem ser usados para tratamento ou prevenção da doença (PONTE et al, 2021; HORBY et al, 2020).

Dipirona, e paracetamol são anti-inflamatórios não esteroides que possuem em sua maioria atividade antipirética, anti-inflamatória e analgésica (ROMAINE, LOUREIRO E SILVA, 2021).

Acentua-se que grande parcela da população e parte da amostra desse estudo pode ter feito o uso de medicamentos como vitamina C, azitromicina, zinco, ivermectina, cloroquina e hidroxicloroquina por meio do acesso ao “kit covid” que vinha sendo entregue para a população que tivesse resultado positivo em relação à doença, sendo assim não se pode contabilizar o kit Covid como automedicação, já que este vinha sendo entregue como tratamento da doença e seu uso se dava por meio de prescrição (BRASIL, 2020f; PARÁ, 2020b; MARABÁ, 2020b).

Ainda assim, a pesquisa por esta variável teve o objetivo de descrever quantitativamente a adesão a esta ferramenta terapêutica não comprovada cientificamente, potencial e igualmente tão prejudicial à população quanto a automedicação, tendo sido descrito que 39,3% (N = 13) dos participantes da pesquisa receberam o kit covid.

Reforça-se em relação aos medicamentos que Cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, zinco, vitamina C e antigripais estiveram entre os medicamentos mais vendidos durante a pandemia.

Alves, Cordeiro e Carneiro (2021) destacam que mesmo alguns medicamentos sendo isentos de prescrição, estes podem causar malefícios, principalmente quando utilizados sem acompanhamento de prescrição, medicamentos como o paracetamol oferecem risco de causar hepatite tóxica, a dipirona oferece risco de choque anafilático e o uso prolongado de vitamina C pode ocasionar quadros intensos de diarreias, cólicas, dor abdominal e dor de cabeça.

Medicamentos são essenciais para a população pois salvam vidas, promovem saúde e auxílio no controle de epidemias. Dessa forma, a ingestão de medicamentos se torna excelente quando existe comprovação científica de seus efeitos em trazer benefícios e bem estar ao paciente, sendo necessário, assim, que o medicamento seja prescrito por profissional habilitado (SILVA, L., 2021).

Entretanto, a falta de informação correta ou de orientação relacionados ao tratamento medicamentoso e o uso inadequado de medicamentos são fatores influenciáveis para que ocorram efeitos adversos relacionados ao uso de medicamentos (SOUSA et al, 2017).

De acordo com ARRAIS et al (2016, p. 9) “A maioria dos medicamentos consumidos na prática de automedicação são isentos de prescrição, mas não são isentos de riscos.

A pandemia ocasionou um excesso de propagação de notícias estando estas ligadas principalmente para medidas de prevenção e tratamento da doença. Para Guimarães e Carvalho (2021), a infodemia causa danos principalmente aos cidadãos de pouco senso crítico e alfabetização digital que costumam pôr em prática tudo aquilo que leem na internet.

Miguel e Carvalho (2021) destacam que uma das características desse fenômeno é a disseminação e a troca de notícias que acabam afetando diretamente a luta contra o vírus, incluindo a influência pela busca excessiva por medicamentos sugeridos como eficientes no tratamento ou prevenção contra o COVID-19.

Foi analisada durante a pesquisa a justificativa utilizada pelos estudantes para o uso de medicamento sem prescrição para COVID-19 ou síndromes gripais, os discentes poderiam marcar mais de uma opção (Tabela 7), descrevendo-se que 12,1% (N = 4) dos participantes justificaram o uso de medicamentos sem prescrição por terem sintomas simples que poderiam tratar sozinhos. Observaram-se também justificativas como dificuldade de acesso a hospitais 3% (N = 1); facilidade na compra dos medicamentos; e a busca de prevenção para COVID-19 3% (N = 1).

Tabela 7- Motivos que justificaram a automedicação para COVID-19 ou síndromes gripais

Variáveis	N	%
Justificativas sobre a automedicação no caso de confirmação ou suspeita da COVID-19 ou sintomas gripais		
Não me automediquei nessa situação	19	57,6%
Sintomas simples que eu poderia tratar sozinho	4	12,1%
Dificuldade de acesso a hospitais ou Unidades Básicas de Saúde.	1	3,0%
Prevenção contra infecção da COVID-19	0	0%
Facilidade na compra dos remédios que podem ser vendidos sem prescrição médica.	0	0%
Confiança na divulgação feita pelo governo federal de alguns medicamentos preventivos mesmo sem comprovação científica.	0	0,0%
Sintomas simples que eu poderia tratar sozinho(a) /facilidade na compra dos medicamentos.	1	3,0%
Sintomas simples que eu poderia tratar sozinho(a)/ prevenção contra infecção da COVID, outros.	1	3,0%
Dificuldade de acesso a hospitais (unidades básicas) /facilidade na compra dos medicamentos comprados sem prescrição.	1	3,0%
Sintomas simples que eu poderia tratar sozinho(a)/ dificuldade de acesso aos hospitais ou unidades de saúde.	1	3,0%
Não me automediquei nessa situação /sintomas simples que eu poderia tratar sozinho /prevenção contra infecção da COVID-19.	1	3,0%
Facilidade nas compras dos remédios que podem ser vendidos sem prescrição, outros.	1	3,0%
Outros	1	3,0%
Não me automediquei nessa situação /Outros.	1	3,0%
Sintomas simples que eu poderia tratar sozinho / outros	1	3,0%

Fonte: Elaborado pela autora,2022

Sobre o tempo de uso dos medicamentos, os dados descritos na tabela 8 demonstram que 12,1 % (N = 4) dos entrevistados utilizaram os medicamentos entre 1 a 2 dias, 12,1% (N = 4) entre 2 a 4 dias e 18,2% (N = 6) durante 5 dias ou mais,

sendo o uso dos medicamentos influenciados principalmente por prescrições anteriores 15,2% (N = 5) ou familiares ou amigos 12,1% (N = 4).

Tabela 8-Tempo de uso dos medicamentos e fatores de influência para o uso de medicamentos por automedicação.

Variáveis	N	%
Tempo de uso dos medicamentos sem prescrição em caso de suspeita ou confirmação da COVID-19 ou sintomas de síndrome gripal		
Não utilizou medicamentos	19	57,6%
1 a 2 dias	4	12,1%
3 a 4 dias	4	12,1%
5 dias ou mais	6	18,2%
Influência da automedicação, no caso de suspeita ou confirmação da COVID-19 ou sintomas de síndrome gripal		
Não utilizou medicamentos	21	63,6%
Familiar ou amigo	4	12,1%
Publicidade (TV, redes sociais, busca na internet)	0	0,0%
Prescrições anteriores	5	15,2%
Outro	3	9,1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Várias são as maneiras de praticar automedicação, sendo a influência de informações por parte de familiares ou amigos e prescrições anteriores uma parte destas (FILHO et al, 2002). É essencial que o uso de medicamentos aconteça por prescrição de profissional habilitado, visto que este conhece dosagens corretas, tempo de uso e os medicamentos eficazes sobre os sintomas autorreferidos. O uso incorreto de medicações pode gerar malefícios como o mascaramento de sintomas de doenças graves, o que pode resultar num diagnóstico tardio de patologia ao indivíduo (PITTA, 2021).

Encontrou-se durante este estudo que a automedicação entre os discentes de Saúde Coletiva é algo comum não somente durante o cenário de pandemia, mas no cenário cotidiano de outros agravos de saúde (Tabela 9). Dentre os participantes desta pesquisa, 81,8% (N = 27) fazem uso de medicamentos por conta própria para outros problemas de saúde, independente da situação pandêmica, sendo os mais citados os analgésicos (42,4%), vitaminas (18,2%), anti-inflamatórios (9,1%), antibióticos (6,1%), antialérgicos (9,1%) e calmantes (3%).

Tabela 9- Uso de medicamentos sem prescrição fora do contexto da pandemia e nomes de medicamentos utilizados.

Variáveis		N	%
Uso de medicamentos por conta própria em relação a outros problemas de saúde, independente da situação da pandemia da COVID-19	Sim	27	81,8%
	Não	6	18,2%
Qual ou quais os tipos de medicamentos utilizados por conta própria, independente da situação da pandemia da COVID-19	Analgésicos	14	42,4%
	Anti-inflamatórios	3	9,1%
	Antibióticos	2	6,1%
	Antialérgicos	3	9,1%
	Vitaminas	6	18,2%
	Calmantes	1	3,0%
	Outros	4	12,1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Lima e colaboradores (2021) apontam entre fatores principais da automedicação entre universitários: a ocorrência de dores crônicas, a fácil acessibilidade dos medicamentos e a crença de que possuem conhecimento teórico para o uso de medicamentos (principalmente entre os universitários da área da saúde). Já para Gama e Secoli (2017), a prática da automedicação por parte de universitários, principalmente de cursos de graduação em saúde, acontece em razão: da autoconfiança, do sucesso das experiências anteriormente bem-sucedidas com o uso de medicamentos e os conhecimentos adquiridos durante o curso que sustentam o exercício da prática de automedicação.

Ao avaliar o conhecimento dos estudantes sobre a automedicação, conhecimentos dos riscos sobre o uso dos medicamentos usados sem prescrição e os efeitos adversos causados pelos medicamentos ingeridos. Os dados sobre essas variáveis descritos na tabela 10, demonstram que majoritariamente 97% (N = 32) dos discentes dizem ter conhecimento sobre o que é automedicação, 39,4% (N = 13) disseram saber dos riscos em relação aos medicamentos utilizados sem prescrição, e 10% (N = 3) disseram terem tido problemas como alergia, diarreia e náuseas relacionados ao uso dos medicamentos utilizados por conta própria.

Tabela 10- Conhecimentos sobre a automedicação, conhecimento dos riscos e efeitos adversos causados pelos medicamentos.

Variáveis		N	%
Conhecimento sobre o que é AUTOMEDICAÇÃO	Sim	32	97,0%
	Não	1	3,0%
Conhecimento dos riscos que o(s) medicamento(s) com que se automedicou poderiam causar	Não utilizou medicamentos	17	51,5%
	Sim	13	39,4%
	Não	3	9,1%
Problema relacionado com o medicamento utilizado por conta própria	Não utilizou medicamentos	20	60,6%
	Alergias (vermelhidão, inchaço, dificuldade de respirar, espirro, dentre outros)	1	3,0%
	Reações adversas (algum mal estar que surgiu ou piorou com o uso dos medicamentos)	0	0,0%
	Intoxicação (vômito, dentre outros, podendo ser causado pelo uso de medicamentos acima da dose)	0	0,0%
	Efeitos colaterais (diarreias, náuseas, sonolência, dor abdominal, cardiopatia, problema nos rins).	2	6,1%
	Não houve problemas	10	0,3%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Considera-se que pelas respostas dadas em relação ao reconhecimento sobre o que é automedicação, a maioria dos estudantes (97%) possui conhecimento sobre a prática, com isso entende-se que essa população é consciente do uso indevido de medicamento, bem como também reconhece os riscos causados pelos medicamentos que ingeriram. Apesar de não ter havido efeitos colaterais graves em relação ao uso de medicamentos, vale lembrar que os efeitos causados pelo uso sem prescrição ou acompanhamento médico podem ser letais.

Reitera-se a importância de métodos educativos, e a criação de estratégias que gerem consciência sobre a prática da automedicação aos estudantes por meio de abordagens a respeito do uso racional de medicamentos nas disciplinas ao longo do curso (LIMA, 2021). A orientação dos acadêmicos por parte das instituições educacionais antes destes se tornarem profissionais em suas diferentes áreas representa uma alternativa importante na minimização da prática de automedicação pelos discentes (TARLEY et al, 2018).

Estudos mostram a automedicação como algo presente na vida da população em geral, entre estes os universitários. Durante a pandemia o consumo de medicamentos se tornou excessivo no Brasil, fazendo Melo e colaboradores (2021) acreditarem que parte desse excesso tenha sido feito por automedicação.

A falta de clareza nas informações sobre o SARS-COV-2 e o medo da contaminação impulsionaram a busca por medicamentos que pudessem tratar a doença (SANTOS, SANTOS E LUZ, 2021). Os universitários representam uma parcela dessa população que utilizou de medicamentos sem prescrição na busca de resolução de seus sintomas.

De modo geral, a automedicação representa um perigo à saúde de toda e qualquer população que a pratique. Entre 2009 e 2018, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) registrou 254.135 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e cinco) casos de intoxicação no Brasil, com um total de 710 óbitos (0, 28%). Os medicamentos foram a principal causa de intoxicação dentre todos os agentes notificados (Duarte, F., et al, 2021).

Para Aquino, Barros e Silva (2020) a propaganda frequente de medicamentos e a facilidade de adquiri-los nas farmácias dão a impressão de que esses produtos são livres de riscos. As propagandas acabam por ressaltar apenas os benefícios e omitem ou minimizam os riscos destes produtos o que acaba estimulando o uso

indiscriminado dos medicamentos por parte da população expondo estes a reações adversas e efeitos indesejados.

A automedicação é um grave problema de saúde pública que precisa ser pontualmente enfrentado. Profissionais de saúde são extremamente necessários nesse processo de conscientização e enfrentamento da automedicação, aliando-se aos pacientes e população em geral na busca de diminuição da prática (TARLEY et al, 2018). Entre os profissionais de saúde destaca-se o profissional farmacêutico, que se encontra em um local estratégico e com amplo alcance à população, o que o torna um profissional protagonista na promoção do uso racional de medicamentos (OLIVEIRA, N., et al, 2017).

As farmácias comerciais costumam ser o primeiro local onde a população busca tratamento ou orientações para sintomas de doenças, como dor de cabeça, dor de garganta, febre (DOS PASSOS, CASTOLDI E SOLER, 2021). Pode ser destacado também como base no enfrentamento à automedicação o profissional Sanitarista, citado, conforme Silva e Pinto (2014, p. 160), no seguinte trecho: “a atuação do Sanitarista no Brasil está vinculada à Reforma Sanitária brasileira, ao SUS e à Saúde Coletiva”, sendo estes profissionais úteis no contato com a população, mesmo que à distância, por meio de redes sociais ou plataformas governamentais, para promoção da saúde através da educação em saúde. Entre os objetivos do curso de Saúde Coletiva estão: a formação do profissional com visão interdisciplinar de planejamento, organização e o gerenciamento dos serviços de saúde, o fortalecimento do sistema de saúde na região amazônica e a formação de um profissional qualificado com a pesquisa, com a produção de conhecimentos e o fortalecimento da saúde em geral (UNIFESSPA, 2018).

Como futuros profissionais de saúde cabe aqui destacar que estudantes do curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) vêm se destacando no cenário marabaense. Como futuros sanitaristas, estes têm promovido diferentes ações na cidade, principalmente voltadas para a educação em saúde da população, como quando durante o cenário pandêmico estudantes e professores do curso elaboraram cartilhas informativas sobre a COVID-19 no intuito de trazer informações baseadas em conhecimentos científicos para a população (UNIFESSPA, 2020).

Esses materiais educativos se encontram disponíveis no site da Faculdade de Saúde Coletiva (FASC), bem como também é possível ter acesso a outros materiais

criados por meio de alunos e professores do curso, publicados na rede social Instagram e site oficial de Saúde Coletiva da UNIFESSPA, onde também podem ser acompanhadas as ações de alunos do curso em Marabá. Esses materiais servem como apoio informacional e educacional, possibilitando o acesso a dados verídicos e informações de qualidade, baseados principalmente no que diz a ciência (FASC, 2020)

Esse estudo contribuiu para a avaliação da prática de automedicação entre universitários do Curso de Saúde Coletiva, podendo esta reflexão ser estendida também para outras áreas de graduação. Buscou também, ao abordar o tema, trazer conscientização para o uso racional de medicamentos, principalmente no cenário pandêmico onde houveram uma incidência maior de falsas informações e uso excessivo de medicamentos. Os achados desta pesquisa mesmo que com baixa adesão de participantes, pode contribuir para o aumento de volume de estudos nessa temática, bem como também inspirar a realização de novos estudos voltados para essa temática e público alvo.

6.Considerações finais

A automedicação é um problema grave de saúde pública, dessa forma precisa ser enfrentada como tal. A prática é recorrente entre a população, não sendo obstante apenas dos jovens e populações universitárias. O maior problema da automedicação são os efeitos que pode causar sobre a vida humana, ocasionando por vezes quadros de saúde letais.

Durante a pandemia, 72,7% dos graduandos em Saúde Coletiva participantes desta pesquisa fizeram uso de medicamentos para síndromes gripais ou COVID-19, sendo que, do total, 27,3% os utilizaram sem prescrição, justificando o uso indiscriminado, em sua maioria, pelo fato de que tiveram sintomas simples, sendo fácil o acesso a medicamentos. A fonte do medicamento oriundo da automedicação foi relatada como sendo prescrições anteriores ou familiares e amigos. Durante a pandemia, os discentes utilizaram medicamentos como a vitamina C, dipirona, paracetamol, ivermectina, zinco e azitromicina. Apesar do encontrado, a maioria dos estudantes dizem ter conhecimento sobre o que é automedicação. Foi interessante observar que, fora do contexto pandêmico, 81,8% disseram ter o costume de se automedicarem, utilizando medicamentos como analgésicos, anti-inflamatórios e vitaminas.

Sugere-se, assim, a necessidade de efeitos de legislação mais rigorosos em relação ao acesso aos medicamentos e garantia de cumprimento da legislação atual. Em relação aos universitários, especialmente aos do Bacharelado em Saúde Coletiva, se faz interessante maior investimento em ações de conhecimento durante a graduação para que, futuramente, esses graduandos, já como profissionais de saúde, exerçam papel de educadores e promotores de educação em saúde para a população.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; BERTOLDI, Andrea, Damaso; Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados = Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saúde Pública** [online]. v. 50, suppl 2, ISSN 1518-8787. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>>. Acesso 02 out. de 2021.

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de e RIBEIRO, Luís Henrique Leandro, Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 12, e00208720. Epub 11 Jan 2021. ISSN 1678-4464. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>>. Acessado 24 out. 2021

ANDRADE, Eder Aleksandro; MORENO, Vanessa Generale; ORTIZ, Mariana Aparecida. Perfil de uso de medicamentos e automedicação, em uma população universitária, frente a pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 7, p. 73772- 73784, jul 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/33367>. Acesso em: 12 de março de 2022.

AQUINO, Daniela Silva de. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade?. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 13, n. suppl , pp. 733-736. ISSN 1678-4561. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000700023>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

AQUINO, Daniela Silva de, BARROS, José Augusto Cabral de e SILVA, Maria Dolores Paes da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 15, n. 5, pp. 2533-2538. ISSN 1678-4561. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500027>. Acesso em: 03 de maio 2022.

ANDRADE, Sâmia, Moreira de; CUNHA, Maurício, Almeida; HOLANDA, Elison, Costa; COUTINHO, Gizelli, Santos, Lourenço; LIMA VERDE, Roseane, Mara, Cardoso; OLIVEIRA, Evaldo Hipólito de Caracterização do perfil das intoxicações medicamentosas por automedicação no Brasil, de 2010 a 2017. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e236973952, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.3952. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3952>. Acesso em: 14 nov. 2021. Acesso em: 12 de nov. de 2021.

Allegra, A., Tonacci, A., Pioggia, G., Musolino, C. & Gangemi, S . Vitamin deficiency as risk factor for SARS-CoV-2 infection: correlation with susceptibility and prognosis. **European Review for Medical and Pharmacological Sciences**, v.24, n.18. p. 9721-9738. 2020. Disponível em: <https://www.europeanreview.org/article/23064>. Acesso em: 12 de março de 2022.

ALVES, Rosangela Costa; CORDEIRO, Andreлина; CARNEIRO, Vinícius Mendes Souza. Automedicação no período da pandemia de COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2903-2911, 2021.

Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/2963>. Acesso em 03 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de medicamentos**. Secretaria de políticas de Saúde. Brasília, 2001. Disponível em: [\\Editora11\c\2001-ARQUIVOS\200\(saude.gov.br\)](\\Editora11\c\2001-ARQUIVOS\200(saude.gov.br)). Acesso em: 25 de nov. de 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **O que devemos saber sobre medicamentos**. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/o-que-devemos-saber-sobre-medicamentos.pdf/view>. Acesso em: 22 nov. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. 71 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 de nov.2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus**. 2020 a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

BRASIL, **Lei Nº 14.019, de 2 de julho de 2020**. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual. Diário oficial da união em 03 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.019-de-2-de-julho-de-2020-264918074>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Distanciamento social depende de capacidade de resposta à pandemia**. 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/distanciamento-social-depende-de-capacidade-de-resposta-a-pandemia>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **MS publica informações técnico-científicas sobre o Uso Racional de Medicamentos** 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ms-publica-informacoes-tecnico-cientificas-sobre-o-uso-racional-de-medicamentos>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. Resolução de diretoria colegiada- **RDC nº 405, de 22 de julho de 2020e**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-405-de-22-de-julho-de-2020-268192342>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da COVID-19**. 2020f. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/arquivos/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19-pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior, notas estatísticas.2020. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)**. Brasília- DF. 2020g Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 12 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministerio da Saúde. **Agencia Nacional de Vigilância sanitária**, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/vacinas>>. Acesso em: 11 dez. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento e fatores de risco**. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/atendimento-tratamento-e-fatores-de-risco>>. Acesso em: 11 de dez. de 2021

BRASIL. Ministério da saúde. **Ministério da Saúde declara fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela COVID-19**. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em: 11 de dez. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. 2022b. Disponível em: < [Covid-19 Casos e Óbitos \(saude.gov.br\)](https://www.saude.gov.br/covid-19/casos-e-obitos)>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

BRASIL, Agencia nacional de vigilância sanitária (ANVISA) **Medicamentos aprovados para tratamento de COVID-19**. 2022c. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/medicamentos>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vacinômetro COVID-19 NO BRASIL**. 2022d. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-situacao-epidemiologica-do-brasil-neste-sabado-21>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

BARCELOS, Thainá, do Nascimento de. *Et al.* Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública [online]**. V. 45, e65. Disponível em: <<https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>>. ISSN 1680-5348. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

BRITO, Sávio, Breno, Pires; BRAGA, Isaque, Oliveira; CUNHA, Carolina, Coelho; PALÁCIO, Maria, Augusta, Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Vigilância Sanitária Em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**. (*online*) 8(2):54-63. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22239/2317-269x.01531>>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

BOTELHO, Stephanie Ferreira; MARTINS, Maria Auxiliadora Parreiras e REIS, Adriano Max Moreira. Análise de medicamentos novos registrados no Brasil na perspectiva do Sistema Único de Saúde e da carga de doença. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 23, n. 1, pp. 215-228. ISSN 1678-4561. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.21672015>. Acesso em: 27 de fev. de 2022.

BARBOSA, Isabelle Ribeiro et al. Incidence of and mortality from COVID-19 in the older Brazilian population and its relationship with contextual indicators: an ecological

study. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia** [online]. v. 23, n. 01, e200171. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.200171>>. Epub 07 Out 2020. ISSN 1981-2256. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.200171>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA(CFF). **Uso de Medicamentos**. Datafolha Instituto de Pesquisa. 2019b. Disponível em: <[Apresentação do PowerPoint \(cff.org.br\)](http://www.cff.org.br)>. Acesso em: 27 de fev. de 2022.

CARVALHO, Carla, Jesus e SILVEIRA, Maria de, Fátima, de Araújo. (About) experiences, mental health and coping the pandemic of university students in socio-economic vulnerability. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e288101421955, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | 2021. Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21955>>. Acesso em: 22 abr. de 2022

COSTA, Breno, Nunes.; COSTA, Bruno, Nunes; MARQUES, Adriana, de Mendonça. . Flu-like syndromes among the population of the municipality of Barreirinhas, Maranhão, in times of COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e934997943, DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7943. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7943>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CHAN, Jasper, Fuk-Woo et al. (2020). A familial cluster of pneumonia associated with the 2019 novel coronavirus indicating person-to-person transmission: a study of a family cluster. **The Lancet**. 395, 514-523. 2020. Disponível em:<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31986261/>. 10.1016 / S0140-6736 (20) 30154-9. Acesso em 02 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução Nº 586 de 29 de agosto de 2013**. 2013. Disponível em: [https://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20586%2013%20-%20texto%20final\(1\).pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20586%2013%20-%20texto%20final(1).pdf). Acesso em: 05 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Guia para estratificação de risco de suspeitos de COVID-19 e delineamento de cuidado farmacêutico para farmácias comunitárias**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2020. Disponível em: http://covid19.cff.org.br/wp-content/uploads/2020/05/delineamento_versao4.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2022.

Castellanos, Marcelo Eduardo Pfeiffer et al. Estudantes de graduação em saúde coletiva: perfil sociodemográfico e motivações. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 18, n. 6, pp. 1657-1666. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600017>>. Epub 04 Jun 2013. ISSN 1678-4561. 2013 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600017>. Acesso em 22 de abril de 2022.

DOMINGUES, Paulo Henrique, Farias et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde: Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil**, (2), 319–330. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000200009>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

DUARTE, Aline Borges; DA SILVA, Dalina, Jara, Soares; SANTOS, Denise, Barbosa; FILHO, Manoel, Dias, de Souza e MARTINS, Maria, do Carmo, Carvalho. Prevalência de automedicação na população adulta da zona urbana em Floriano Piauí. **Brasília Med**, v. 48, n. 3, p. 258-262, 2011. Disponível em: <[Revista Brasília Médica \(rbm.org.br\)](http://rbm.org.br)>. Acesso em 11 de nov. de 2021.

DUARTE, Fernanda, Gross; DE PAULA, Marcelo, Neubauer; VIANNA, Nelzair, Araújo; ALMEIDA, Maria Conceição Chagas de; Edson Duarte Moreira Junior Deaths and hospitalizations resulting from poisoning by prescription and over-the-counter drugs in Brazil. **Revista de Saúde Pública** [online]. v. 55, 81. ISSN 1518-8787. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003551>>. Acesso em 04 de maio de 2022.

DUPRAT, Irena Penha e MELO, Géssyca Cavalcante de. Análise de casos e óbitos pela COVID-19 em profissionais de enfermagem no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online]. v., e30. ISSN 2317-6369. 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018220>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

ESAKANDARI, Hanie. et al. A comprehensive review of COVID-19. **Biological Procedures Online**, p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12040-020-00001-0>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

ESPERÓN, Julia, Maricela, Torres; **Pesquisa Quantitativa na Ciência da Enfermagem**. Revista Escola Anna Nery [online]. , v. 21, n. 1 , e20170027. ISSN 2177-9465. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170027>>. 2017. Acesso em: 14 de nov. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **COVID-19 perguntas e respostas**, 2020 a. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

FEBRAFAR, Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácias. **Ivermectina e nitazoxanida deixam de ser controlados**. 2020. Disponível em: <<https://www.febrafar.com.br/ivermectina-e-nitazoxanida-deixam-controlados/>> Acesso em: 02 de out. de 2021.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri; DONASOLO, João Pedro Giordani; AMES, Valesca Daiana, Both; GIORDANI, Rosselane, Liz. A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. 07, pp. 2863-2872. Epub 02 Jul 2021. ISSN 1678-4561. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.05892021>>. Acesso em: 28 set. de 2021.

GOMES, Alan Hílame Diniz et al. **Riscos da Automedicação na Pandemia por COVID-19: O dilema entre informações midiáticas e Científicas**. Copyright© Editora Amplla Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares, p. 40, 2020. Disponível em: [eBook-Ciencias-da-Saude.pdf \(ampllaeditora.com.br\)](https://www.ampllaeditora.com.br/eBook-Ciencias-da-Saude.pdf). Acesso em: 10 de mar. de 2022.

GUIMARÃES, Ádria, Silva; DE CARVALHO, Wellington, Roberto, Gomes. Desinformação, negacionismo e automedicação: a relação da população com as drogas “milagrosas” em meio à pandemia da COVID-19. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**. Vol 03, 2020; 3:e202003053. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.31005/iajmh.v3i0.147>. Acesso em: 04 de maio 2022.

GUIMARÃES, Raphael, Mendonça; PORTELA, Margareth, Crisóstomo; VILELA, Daniel, Antunes, Maciel; MATTA, Gustavo, Correa; FREITAS, Carlos, Machado de. **Younger Brazilians hit by COVID-19 – What are the implications?**, The Lancet Regional Health-Americas, Volume 1 100014, ISSN 2667-193X, <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100014>. 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667193X21000065>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

HORBY, Peter, W. *et al.* **Azithromycin in Hospitalized Patients with COVID-19 (RECOVERY): a Randomized, controlled, open-label, platform trial RECOVERY Collaborative Group**. MedRxiv, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1101/2020.12.10.20245944> Disponível em: <<https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.12.10.20245944v1>>. Acesso em 11 de nov. de 2021.

HARAKI, Cristianne, Aparecida, Costa. Estratégias adotadas na América do Sul para a gestão da infodemia da COVID-19. **Revista Panamericana de Salud Pública** [online]. v. 45, e43. ISSN 1680-5348. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.43>. Acesso em 04 de maio de 2022.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID 19. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/saude.php>>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

LOYOLA-FILHO, Antonio, Ignácio; UCHOA, Elizabeth; L GUERRA, Henrique FIRMO, Josélia O. A; LIMA-COSTA, Maria Fernanda. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 1, pp. 55-62. ISSN 1518-8787. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000100009>>. Acesso em 10 out. de 2021.

LIMA, José, Marcos, da Silva et al. A prática da automedicação por universitários. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e47610817594-e47610817594, 2021. [S. l.] DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17594. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17594>>. Acesso em: 17 de março de 2022.

MATTA, Gustavo, Correa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester, Paiva; SEGATA, Jean. **A COVID-19 no Brasil e as Várias Faces da Pandemia: Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório COVID 19; Editora FIOCRUZ. pp. 15-24. Informação para ação na COVID-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. 2021. Disponível em :< <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0001>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

MATOS, Januária, Fonseca; PENA, Davi, Alexander, Costa; PARREIRA, Milena Pereira; SANTOS, Tamires, do Carmo, dos; COURA-VITAL, Wendel. Prevalência,

perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. 1, pp. 76-83. ISSN 2358-291X. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201800010351>>... Acesso em: 05 de out. de 2021.

MAROTTI, Juliana et al. Amostragem em Pesquisa Clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**. maio-ago; 20(2): 186-194. 2008. Disponível em: [Unicid 20\(2 12\) 2008.pdf \(cruzeirodosuleducacional.edu.br\)](#). Acesso em: 10 de dez. 2021.

MELO, José, Romério, Rabelo; DUARTE, Elisabeth, Carmen; MORAES, Marcelo, Vogler de; Fleck, Karen e ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 37, n. 4, e00053221. Epub 07 Abr 2021. ISSN 1678-4464. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-00053221>.>. Acesso em: 09 de out. de 2021.

MELO, Dayane, Silva de Souza. **Elaboração de questionário para avaliação de automedicação em tempos de COVID – 19 dentre estudantes universitários da área de saúde**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade de saúde coletiva, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021. Acesso: 09 de out. de 2021.

MENGUE, Sotero, Serrate. *Et al.* Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM): métodos do inquérito domiciliar. **Revista de Saúde Pública**. 50 (supl 2):4s. DOI: 10. 1590/S1518-8787. 2016050006156. 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006156>>. Acesso em 12 de nov. de 2021.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. A luta dos profissionais de saúde no enfrentamento da COVID-19. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. v. 33, e-EDT20200003. Epub 11 de maio 2020. ISSN 1982-0194. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020EDT0003>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

MARABÁ(PARÁ). Prefeitura Municipal de Marabá. **Nota oficial sobre o primeiro caso de coronavírus em Marabá**. (2020a). Disponível em: <[Nota oficial sobre o primeiro caso de coronavírus em Marabá - Prefeitura de Marabá - Pa \(maraba.pa.gov.br\)](#)>. Acesso em:05 de mar. de 2022.

MARABÁ(PARÁ). Prefeitura de Marabá. **COVID-19: SMS já distribuiu mais de 7 mil kits de medicamentos**. (2020b). Disponível em: <<https://maraba.pa.gov.br/covid-19-sms-ja-distribuiu-mais-de-7-mil-kits-de-medicamentos/>>. Acesso em:13 de ago. de 2021.

MARABÁ(PARÁ). Prefeitura Municipal de Marabá. **Boletim COVID-19**. (2022a). Disponível em: <https://maraba.pa.gov.br/boletim-covid-19-de-04-04-2022/>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

MINUSSI, Bianca Baptisti et al. Grupos de risco do COVID-19: a possível relação entre o acometimento de adultos jovens “saudáveis” e a imunidade. **Brazilian Journal of**

Health Review, v. 3, n. 2, p. 3739- 3762, 2020. Disponível em: <[Grupos de risco do COVID-19: a possível relação entre o acometimento de adultos jovens “saudáveis” e a imunidade / COVID-19 risk groups: the possible relationship between the impairment of healthy young adults and immunity | Minussi | Brazilian Journal of Health Review \(brazilianjournals.com\)](#)>. Acesso em: 10 de mar. de 2022

MINÑAN-TAPIA, Armando et al. **Factores asociados a la automedicación con fármacos relacionados a COVID-19 en estudiantes de ciencias de la salud de una ciudad peruana**. 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints. 1225. Disponível em:<[arluminan,+Factores+asociados+a+la+automedicación+con+fármacos+relacionados+a+COVID-19+en+estudiantes+de+ciencias+de+la+salud+\(1\).pdf](#)>. Acesso em 03 de maio 2022.

MIGUEL, Leila Corrêa Bueno; DE CARVALHO, Ciro José Sousa. O impacto das fake news e a sua influência na automedicação na COVID-19. Revista **PubSaúde** ISSN 2595-1637. 2021. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/wp-content/uploads/2021/05/145-O-impacto-das-fake-news-e-a-sua-influencia-na-automedicacao-na-COVID-19.pdf>. Acesso em: 04 de maio 2022.

NUNES, Renata, Cristina. Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19. An overview of the evasion of university students during remote studies caused by COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1410313022, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13022>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE(OPAS), ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE(OMS). **OMS anuncia nome para doença causada por novo coronavírus: COVID-19; OPAS apoia ações de preparo na América Latina e Caribe**. 2020a. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2020-oms-anuncia-nome-para-doenca-causada-por-novo-coronavirus-covid-19-opas-apoia>>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS; Organização Mundial de Saúde - OMS. **COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19** [Internet]. Brasília: 2020b. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>>. Acesso em 08 de out. de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE(OPAS), ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE(OMS). **Brasil receberá as primeiras vacinas contra COVID-19 por meio do Mecanismo COVAX neste domingo**. 2021a. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/21-3-2021-brasil-recebera-primeiras-vacinas-contra-covid-19-por-meio-do-mecanismo-covax>>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE(OPAS), ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE(OMS). **Hospitalizações e mortes entre jovens por COVID-19 disparam, afirma diretora da OPAS**. 2021b. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2021-hospitalizacoes-e-mortes-entre-jovens-por-covid-19-disparam-afirma-diretora-da>>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

ONCHONGA, David. (2020). A Google Trends study on the interest in self-medication during the 2019 novel coronavirus (COVID-19) disease pandemic. **Saudi Pharmaceutical Journal**, 28, n 7, p. 903, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jsps.2020.06.007>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de, DUARTE, Elisete, FRANÇA, Giovanni Vinícius Araújo de, GARCIA, Leila, Posenato. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]**. v. 29, n. 2, e 2020044. ISSN 2237-9622. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200023>> Acesso em 03 out. de 2021.

OLIVEIRA, Naira, Villas Boas, Vidal de; SZABO, Iolanda; BASTOS, Luiza Lena e PAIVA, Sabrina, Pereira. Atuação profissional dos farmacêuticos no Brasil: perfil sociodemográfico e dinâmica de trabalho em farmácias e drogarias privadas. *Saúde e Sociedade [online]*. v. 26, n. 4, pp. 1105-1121. 2017 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017000002>>.ISSN1984-0470.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017000002>. Acesso em 04 de maio 2022.

OLIVEIRA, João Victor Lopes et al. A automedicação no período de pandemia de COVID-19: Revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e58610313762-e58610313762, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13762. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13762>>. Acesso em: 04 maio de 2022.

PONTE, Adrienne, Raposo *et al.* O uso da Ivermectina no tratamento da COVID-19: uma revisão integrativa da literatura =The use of Ivermectin in the treatment of COVID-19: an integrative literature review. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.2, p. 7546-7554 mar./ apr. ISSN: 2595-6825, DOI:10. 34119/bjhrv4n2-294. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/viewFile/27757/21965>. Acesso em 24 de out. de 2021.

PITTA, Maria, Galdino, da Rocha *et al.* Analysis of the self-medication profile in COVID-19 pandemic in Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. e28101119296, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19296. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19296>>. Acesso em: 27 out. de 2021.

PRADO, Maria Aparecida Medeiros Barros do; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; BASTOS, Tássia, Fraga e BARROS, Marilisa, Berti, de Azevedo, Barros. Uso de medicamentos prescritos e automedicação em homens. **Revista Brasileira de Epidemiologia [online]**. v. 19, n. 03, pp. 594-608. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-5497201600030010>>. ISSN 1980-5497.
<https://doi.org/10.1590/1980-5497201600030010>. Acesso em 10 de nov. de 2021.

PARÁ (BRASIL). **Confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Pará**. 2020a. Disponível em:<<https://agenciapara.com.br/noticia/18475/>>.. Acesso em: 03 de maio de 2022.

PARÁ (BRASIL). Municípios do interior recebem do Estado remédios para tratamento da COVID-19. **SIC-PARÁ**. (2020b). Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/19699/>>.2020b. Acesso em: 03 de maio de 2022.

PARÁ(BRASIL). Secretaria de Saúde do Estado do Pará(SESPA). **Coronavírus no Pará, Boletim COVID-19**. 2022a. Disponível em:< [Coronavírus – SESPA \(saude.pa.gov.br\)](https://saude.pa.gov.br)>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

PEREIRA-NETO, Lauro Lopes e ALMEIDA, Leandro S. Estudantes adultos no ensino superior: Estudo do IFAL-Maceió tomando as expectativas e dificuldades do regresso a vida acadêmica. **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**. eISSN 2558 – 1441 (*Versão digital*). Vol XIII, número 1, jan-jun, pág. 152-172. 2021. Disponível em: <[snascimento,+T8+Vol+XIII,+Núm+1,+jan-jun+2021,+pág+152-172.pdf](#)>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

PASSOS, Marcia, Maria, Barros dos; CASTOLDI, Vivien, de Moraes e SOLER, Orenzio. The role of the pharmacist in the COVID-19 pandemic: An integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e27110615809, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15809. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15809>. Acesso em: 4 maio 2022.

RUIZ, Juliana Matos Gomes; DE SOUZA, Érica Ferreira; DE PAIVA, Maykon Jhuly Martins. A influência midiática para automedicação do novo coronavírus: revisão literária. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e53101321015, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21015. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21015>>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ROMAINE, Adriane Pessoa; LOUREIRO, Fernanda Freire; DA SILVA, Francisca Vitória Menezes. Reações adversas no uso de Anti-inflamatório não esteroidais (AINES) no Brasil: uma revisão sistemática Adverse reactions to nonsteroidal Anti-Inflammatory drugs (NSAIDS) in Brazil: a systematic review. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 54653-54661, 2021. Disponível em: <[Reações adversas no uso de Anti-inflamatório não esteroidais \(AINES\) no Brasil: uma revisão sistemática / Adverse reactions to nonsteroidal Anti-Inflammatory drugs \(NSAIDS\) in Brazil: a systematic review | Romaine | Brazilian Journal of Development \(brazilianjournals.com\)](#)>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

SCHAEFER, Bruno, Marques; RESENDE, Roberta, Carnelos; EPITÁCIO, Sara de Sousa, Fernandes e ALEIXO, Mariah, Torres. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública** [online]. v. 54, n., pp. 1429-1445. Epub 02 Nov 2020. ISSN 1982-3134. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200503>>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. Cloroquina e hidroxicloroquina no Brasil: um caso de ineficácia na gestão da saúde públic. **Rev. salud pública** [online]. 2021, vol.23, n.2, e203. Epub Sep 10. ISSN 0124-0064. 2021 Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/rsap.v23n2.89741>>. Acesso em 25 de out. de 2021.

SOUZA, Maria Nathalya Costa *et al.* Ocorrência de Automedicação na população Brasileira como estratégia preventiva ao SARS-CoV-2. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e 44510111933, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11933. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11933>. Acesso em: 12 nov. de 2021.

SOUSA, Francisco, das Chagas, *et al.* Analysis of drug consumption that suffered changes in its health regulation during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e42710716758, 2021. DOI: <10.33448/rsd-v10i7.16758>. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16758>>. Acesso em: 27 out. 2021.

SOUSA, Livia, Alves, Oliveira *et al.* Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. , v. 34, n. 4 , e00040017. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00040017>>. Epub 29 Mar 2018. ISSN 1678-4464. <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00040017>>. Acesso em 05 de maio 2022.

SANTOS, Karina Kelly Assis ; SANTOS, Tayanne Andrade dos ; LUZ, Dalilla Arruda. A influência das redes sociais no uso irracional de medicamentos para combate ao COVID-19 por estudantes do curso de farmácia e profissionais de uma instituição de ensino superior privada. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, nov. 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16069>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

SANTOS-PINTO, Cláudia Du Bocage; MIRANDA, Elaine Silva; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00348020>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

SANTOS, Janice, Rodrigues, Machado dos; MONTEIRO, Liliane; SOUSA, Samuel Gonçalves de ; ARAUJO, Bruno, Gedeon de. Os riscos da automedicação por hidroxiclороquina frente a Pandemia de COVID-19 = The risks of hydroxychloroquine self-medication in front of the COVID-19 Pandemic. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.3, p. 11185-11204 may./jun. 2021. ISSN: 2595-6825, DOI:10.34119/bjhv4n3-123. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Bruno-Gedeon-De-Araujo-2/publication/353776426_Brazilian_Journal_of_Health_Review_Os_riscos_da_automedicacao_por_hidroxiclороquina_frente_a_Pandemia_de_COVID-19_The_risks_of_hydroxychloroquine_self-medication_in_front_of_the_COVID-19_Pandemic/links/611144001ca20f6f860bc337/Brazilian-Journal-of-Health-Review-Os-riscos-da-automedicacao-por-hidroxiclороquina-frente-a-Pandemia-de-COVID-19-The-risks-of-hydroxychloroquine-self-medication-in-front-of-the-COVID-19-Pandemic.pdf>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

SECOLI, Silvia, Regina; MARQUESINI, Erika, Aparecida; FABRETTI, Sandra, de Carvalho; CORONA, Ligiana, Pires ; ROMANO-LIEBER, Nicolina, Silvana. Tendência da prática de automedicação entre idosos brasileiros entre 2006 e 2010: Estudo SABE. **Rev Bras Epidemiol.** 21 (Supl. 2): e180007. 2018.

<https://doi.org/10.1590/1980-549720180007.supl.2>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2018.v21suppl2/e180007/pt/>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

SANTI, Leandro Queiroz. **Prescrição: o que levar em conta?** [Internet]. Brasília, DF: OPAS.. (Uso racional de medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos processos da assistência farmacêutica; vol. 1, no. 14). 2016. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=serie-uso-racional-medicamentos-284&alias=1542-prescricao-o-que-levar-em-conta-2&Itemid=965>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

SENHORAS, Elói Martins. O campo de poder das vacinas na pandemia da COVID-19. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 6, n. 18, p. 110-121, 2021. Disponível em: <<http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/400>>. Acesso em: 10 de dezembro 2021.

SANTOS-PINTO, Cláudia Du Bocage; MIRANDA, Elaine Silva; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00348020>>. Acesso em 11 de mar. de 2022.

SARDINHA, Daniele, Melo. Epidemiological and spatial profile of influenza syndrome confirmed for COVID-19 at the beginning of the pandemic in the state of Pará-Brazil. **SciELO Preprints**, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2680. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2680>>. Acesso em: 2 maio. 2022.

SILVA, Lucas Patrick Alves. Riscos da automedicação: uma breve revisão bibliográfica Risks of self-medication: a brief literature review. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 112552-112560, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/40769>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

SILVA, Vinício, Oliveira da.; PINTO, Isabela Cardoso, Matos. **O sanitário como trabalhador da saúde no Brasil: uma identidade em transformação**. In: MARTINS, Maria I. C. et al. (orgs.). Trabalho em saúde, desigualdades e políticas públicas Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Fiocruz; Portugal: Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS-UM), Universidade do Minho, p. 159-165). 2014. Disponível em: <[O Sanitário como Trabalhador da Saúde no Brasil: uma Identidade em Transformação | Silva | CICS - Publicações / eBooks \(uminho.pt\)](#)>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

TARLEY, et al. (2018). Estudo comparativo do uso da automedicação entre universitários da área da saúde e universitários de outras áreas não relacionados à saúde na Universidade de Marília-SP. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 23, n. 1, p. 22- 27, (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 |. 2018. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180606_085821.pdf> Acesso em: 22 de mar. de 2022.

THOMAS, Suma et al. Efeito da suplementação de altas doses de zinco e ácido ascórbico versus cuidados usuais na duração e redução dos sintomas entre pacientes

ambulatoriais com infecção por SARS-CoV-2.. **JAMA THE JOURNAL OF THE AMERICAN MEDICAL.** CHICAGO: *Open.* 2021;4(2):e210369. doi:10.1001/jamannetworkopen.2021.0369. 2021. Disponível em: <[Effect of High-Dose Zinc and Ascorbic Acid Supplementation vs Usual Care on Symptom Length and Reduction Among Ambulatory Patients With SARS-CoV-2 Infection: The COVID A to Z Randomized Clinical Trial | Complementary and Alternative Medicine | JAMA Network Open | JAMA Network](https://doi.org/10.1001/jamannetworkopen.2021.0369)>. Acesso em: 22 de março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, Faculdade de Saúde Coletiva. **Objetivos do curso.** 2018 Disponível em: <https://saudecoletiva.unifesspa.edu.br/objetivos-do-curso.html>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, Faculdade de Saúde Coletiva. **FASC contra COVID-19.** 2021. Disponível em: <https://saudecoletiva.unifesspa.edu.br/ultimas-noticias/154-fasc-contra-covid-19.html>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

World Health Organization. (**Promoción del uso racional de medicamentos : componentes centrales.** Organización Mundial de la Salud. 2002. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/67532>>. Acesso em: 24 de março de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **O Solidarity Therapeutics Trial produz evidências conclusivas sobre a eficácia de medicamentos reutilizados para COVID-19 em tempo recorde.** 2020. Disponível em :<<https://www.who.int/news/item/15-10-2020-solidarity-therapeutics-trial-produces-conclusive-evidence-on-the-effectiveness-of-repurposed-drugs-for-covid-19-in-record-time>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **Declaração sobre a décima primeira reunião do comitê de emergência do regulamento sanitário internacional (2005) sobre a pandemia da doença de coronavírus (COVID-19).** 2022. Disponível em: [https://www.who.int/es/news/item/13-04-2022-statement-on-the-eleventh-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-\(covid-19\)-pandemic](https://www.who.int/es/news/item/13-04-2022-statement-on-the-eleventh-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-(covid-19)-pandemic). Acesso em: 05 de maio de 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro e CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 5, e00068820. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>. Acesso em: 02 de maio de 202

Apêndice 1 -TCLE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está recebendo este convite para participação voluntária em trabalho de pesquisa chamado: “AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO POR ESTUDANTES DO CURSO DE SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ(UNIFESSPA) DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19”. Esta pesquisa visa descrever o perfil da automedicação em tempos pandêmicos de COVID-19 entre estudantes universitários do Bacharelado em Saúde Coletiva da UNIFESSPA. Para isto, gostaríamos de contar com sua colaboração durante alguns minutos para responder um questionário. É importante destacar a existência dos riscos mínimos que envolvem a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder as perguntas e quebra de anonimato. Entretanto, asseguramos o comprometimento da equipe em garantir que nada disso ocorra. Serão realizadas algumas perguntas sobre características sociodemográficas, relacionadas à COVID-19 e à automedicação. Sua participação é muito importante para nós e consiste em responder às perguntas do questionário, sendo caracterizada como um trabalho voluntário e tendo você o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento. Asseguramos que todas as informações prestadas são sigilosas e serão utilizadas somente para esta pesquisa. A divulgação das informações será anônima e no formato de análises para caracterizar o grupo de pessoas em estudo.

Marúcia Carmem G.de S. Alves
(Pesquisadora)

Aline Coutinho Cavalcanti
(Pesquisadora e Orientadora da Pesquisa)

Está com alguma dúvida? Procure a equipe de pesquisa para fazer qualquer pergunta, antes de concordar em participar da pesquisa, através dos e-mails: maruciacarmem10@gmail.com, dayane.sousa@unifesspa.edu.br.

Declaração de Consentimento do Participante Voluntário

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e não tive dúvidas. Confirmando também estar ciente de que receberei uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido através do e-mail que forneci. Compreendo e estou ciente de que participo voluntariamente do projeto, sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Participante

Agradecemos sua colaboração, disposição e por merecer sua confiança!

ANEXO 1
Cronograma de divulgação da pesquisa

Datas	Ações
14/02/22	Compartilhamento de material divulgação para a FASC
15/02/22	Divulgação de folder e link da pesquisa no grupo geral de alunos de Saúde Coletiva.
16/02/22	Pedido de divulgação a CASC MINAYO
23/02/22	Divulgação da pesquisa pela FASC no <i>Instagram</i> e site na internet
02/03/22	Nova divulgação no grupo geral do <i>WhatsApp</i> das turmas de Saúde Coletiva
10/03/22	Pedido a coordenação do curso de e-mail institucional dos discentes para divulgação da pesquisa e novo pedido de divulgação nas páginas oficiais
11/03/22	Nova divulgação no Instagram da FASC
16/03/22	Pedido de divulgação no grupo da turma 2020
18/03/22	Envio de convite a pesquisa no e-mail institucional dos alunos
22/03/22	Envio de convite a pesquisa no e-mail institucional dos alunos
23/03/22	Divulgação da pesquisa durante aula remota da turma de 2019
23/03/22	Nova divulgação no grupo geral de Saúde Coletiva

Anexo 2
Questionário

1. **Idade:** _____ anos
2. **Gênero:**
 masculino feminino outro: _____ prefiro não dizer
3. **Estado civil:**
 Casado(a) União estável Divorciado(a)/separado(a)
 Viúvo(a) Solteiro()
4. **Qual a sua turma do curso de bacharelado em Saúde Coletiva?**
 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
5. **Quantas pessoas moram em seu domicílio, incluindo você?**
_____ pessoas
6. **Você faz parte de algum grupo de risco para COVID-19? Pode marcar mais de uma opção:**
 Não
 Diabetes
 Hipertensão
 Asma
 Obesidade **mórbida:**
 Doença pulmonar obstrutiva crônica
 Idoso
 Gestante
 Puérpera
 Doença renal crônica
 Síndrome de down
 Imunossuprimidos
 Cardiopatias
 Outros _____
7. **Você teve COVID-19?**

Sim Não

8. Fez uso de algum medicamento relacionado à COVID-19 ou síndromes gripais ou suspeita da doença?

Sim Não

9. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, esse medicamento foi utilizado a partir de prescrição médica?

não respondi sim à pergunta anterior

Sim

Não

10. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, o atendimento médico foi público ou privado?

não respondi sim à pergunta anterior

Público, em Marabá

Público, em outro município

Privado, em Marabá

Privado, em outro município

11. Quais medicamentos utilizou? Pode marcar mais de uma opção:

Ivermectina

Hidroxicloroquina

Cloroquina

Azitromicina

Vitamina D

Zinco

Vitamina C

Dexametasona

Dipirona

Nimesulida

Paracetamol

Medicamentos para depressão e ansiedade

12. Você recebeu o “kit-Covid” distribuído gratuitamente pela Prefeitura de Marabá ou de outro município?

Sim Não

13. Você sabia que utilizar medicamento sem prescrição médica ou orientação de profissional habilitado é praticar AUTOMEDICAÇÃO?

Sim

não

14. Quais os motivos que justificaram sua automedicação no caso de confirmação ou suspeita de COVID-19 ou sintomas de síndrome gripal? (Pode marcar mais de uma opção)

Não me automediquei nessa situação

Sintomas simples que eu poderia tratar sozinho (a)

Dificuldade de acesso aos hospitais ou Unidade Básica de Saúde (UBS)

Prevenção contra infecção do COVID- 19

Facilidade na compras dos remédios que podem ser vendidos sem prescrição médica

Confiança na divulgação feita pelo governo federal de alguns medicamentos preventivos, mesmo sem comprovação científica

_____)

Outros: _____

15. Quando se automedicou, por quanto tempo tomou os medicamentos no caso de suspeita ou confirmação de COVID-19 ou sintomas de síndrome gripal?

Não me automediquei 1 a 2 dias 3 a 4 dia 5 dias ou mais

16. A automedicação, no caso de suspeita ou confirmação de COVID-19 ou sintomas de síndrome gripal, foi influenciada por:

Não me automediquei

Familiar ou amigo

Publicidade (TV, redes sociais, busca na internet)

Prescrições anteriores

outro: _____

17. Tem conhecimento dos riscos que o(s) medicamento(s) com que se automedicou poderia(m) causar?

Não me automediquei Sim não

18. Surgiu algum problema relacionado com o medicamento utilizado por conta própria?

Alergias (urticária, edema de glote, espirro, dentre outros)

Reações adversas (algum mal-estar ou sintoma que surgiu ou piorou com o uso dos medicamentos)

Intoxicação (vômito, dentre outros, podendo ser causado pelo uso do medicamento acima da dose ou tempo recomendado)

Efeitos colaterais (diarreia, náuseas, sonolência, dor abdominal, cardiopatia, insuficiência renal)

19. Em relação a outros problemas de saúde, independente da situação da pandemia de COVID-19, você costuma utilizar medicamentos por conta própria?

Sim não

20. Qual ou quais os tipos de medicamentos que você costuma utilizar por conta própria, independente da situação da pandemia de COVID-19?

analgésicos

antiinflamatórios

antibióticos

antialérgicos

vitaminas

calmantes

outros: _____